

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ELIANDRA ROSA FERNANDES

**AS MULHERES NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO
NO ASSENTAMENTO DO MST: Vale da Vitória, São Mateus (ES)**

RIO DE JANEIRO
2015

ELIANDRA ROSA FERNANDES

**AS MULHERES NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO
NO ASSENTAMENTO DO MST: Vale da Vitória, São Mateus (ES)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a Gláucia Lelis Alves

RIO DE JANEIRO
2015

Aos meus filhos, Deyvid, Maurelys e Olga Assucena, que são minha razão de viver E ao meu marido que sem ele eu não conseguiria vencer essa batalha.

AGRADECIMENTOS

A Sebastião Rosa da Silva que é um exemplo de pai, e tudo que sou devo a ele.

A minha mãe, in memóriam, que com certeza esteve comigo em toda minha caminhada.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que por sua capacidade de organização e articulação proporcionou aos filhos das trabalhadoras e trabalhadores assentados alcançarem um estudo de nível superior, direito esse historicamente negado a classe trabalhadora.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) pela parceria junto à Universidade e por ser um instrumento na formação da consciência da classe trabalhadora.

A minhas amigas do coração Tatiane Lima, Erica Rodrigues, Ana Cotta e Gidalva Santana, que me acompanharam nessa trajetória, sendo um ombro amigo a cada momento de tristeza e pela companhia nos momentos felizes, que foram muitos.

A todos os professores que contribuíram no meu processo de formação em especial Maristela Dalmoro por ter coordenado nosso curso durante esse período.

A minha prima Simone Fernandes, minha irmã Fernandes e as minhas amigas Marcia Alessandra e Elda Alvarenga por terem me ajudado no processo de construção do TCC.

Aos meus irmão e irmãs pelo apoio, pelo incentivo, colaboração e por acreditarem que eu era capaz.

A minha orientadora Gláucia Lélis por ter contribuído no processo de construção desse trabalho.

Às famílias assentadas no Vale da Vitória que se disponibilizaram como sujeitos da minha pesquisa.

E aos meus filhos e ao meu marido que tanto sofreram durante todo o tempo em que estivemos distantes um do outro, mas que sempre me incentivaram a continuar e nunca desistir.

Por fim, a todas e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram nesse processo.

Canção para Margarida

Não faz muito tempo seu moço nas terras da Paraíba viveu uma mulher de fibra
Margarida se chamou e o patrão com uma bala tentou calar sua fala e o sonho dela
se espalhou.

Já faz muito tempo seu moço em riba desse chão em toda nossa nação o pobre é
pra lá e pra cá. Lavrador faz, mas não come, e a miséria é sobrenome do povo
desse lugar.

E quando na carne da gente mordida a opressão, margarida erguia a mão e o seu
grito era o nosso clamor.

Daqui algum tempo seu moço se agente não se cuidar, se o pobre não se ajuntar
tubarão engoli alegria, pois o jeito é treinar o braço para desatar esse laço que
amarra a fulô do dia.

E quando na roça da gente brilhar as espigas vai ter festa e nas cantigas Margarida
vai viver, e quando na praça e na rua florir margaridas. Vai ser bonito de ver, vai ser
bonito de ver, vai ser bonito de viver. (**Zé Vicente.**)

RESUMO

A luta pela terra é o principal objetivo do Movimento Sem Terra (MST), que visa transformações profundas na vida de trabalhadores e trabalhadoras de famílias inteiras que antes da entrada em um acampamento não tinham nenhuma perspectiva de uma vida melhor. No entanto, quando o MST faz a luta contra o modo de produção capitalista, que é responsável pela miséria na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, necessita fazer de forma urgente uma reflexão concomitante a esse processo sobre a opressão de gênero existente nos assentamentos e acampamentos que leva milhares de mulheres a terem seu trabalho não reconhecido nas unidades familiares de produção. Essas mulheres sofrem com a divisão sexual do trabalho que as confina no espaço historicamente relegado pela sociedade vigente: o lar. Identificamos que existe um discurso afinado em relação à igualdade de gênero dentro das casas, nas cooperativas, nas associações, nas coordenações, na assistência técnica. No entanto, na prática, observamos que existem muitas contradições nas relações de gênero nesses espaços existentes no assentamento. Com tudo, nesse trabalho foi analisada a participação das mulheres assentadas no processo de organização e produção no assentamento Vale da Vitória. As mulheres tem seu trabalho invisibilizado no processo de trabalho, e quando se trata de tomadas de decisões quanto à produção e comercialização nas unidades familiares identificamos que as mulheres não tem autonomia. Assim como, a um forte indicio de que a divisão sexual do trabalho minimiza a importância econômica das mulheres e camufla a extensa jornada de atividades, interferindo na baixa participação das mulheres nas organizações políticas e sociais do assentamento.

Para chegarmos a essa conclusão foi realizado além de um estudo minucioso dos materiais que tratam da questão, também foi realizada uma pesquisa de campo com realização de uma entrevista semiestruturada entre as mulheres e os homens assentados, o presidente da cooperativa regional e o presidente da associação existente no assentamento.

Palavras-chave: MST, gênero, lutas de classes, divisão sexual do trabalho e cooperativismo.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACASAMA – Associação de Camponeses Agroecológicos de São Mateus

APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas

ACI – Aliança das Cooperativas Internacional.

AEGRE - Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia.

COOPTERRA - Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores Assentados.

COOPTRAES – Cooperativa dos técnicos da Reforma Agrária do Espírito Santo.

CBF - COMPANHIA BRASILEIRA DE FERRO.

CCA-ES – Cooperativa Central dos Assentamentos dos Assentamentos.

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária.

CONCRAB - Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

OCB – Organização de Cooperativas Brasileiras.

PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e etnia.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1.....	13
1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE BURGUESA – DO SÉCULO XVIII AO XXI.....	13
1.1 RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E LUTA DE CLASSES.	25
1.2 COOPERATIVISMO E RELAÇÃO DE GÊNERO.....	31
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E COOPERATIVISMO.....	35
1.4 RELAÇÃO DE GÊNERO E O MST.....	41
CAPÍTULO 2.....	48
2 A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NOS ASSENTAMENTOS DO MST.....	48
2.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST.....	54
2.2 AS MULHERES E SUA AUTO - ORGANIZAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST ES.....	59
CAPÍTULO 3.....	67
3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA – ESPIRITO SANTO.	67
3.1 O CAMINHAR: O MST NO ESPIRITO SANTO E O NASCIMENTO DO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.....	68
3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS UNIDADES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.....	72
3.3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.....	79
3.4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA RENDA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.....	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXOS.....	96

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade atender à disciplina de “Trabalho de Conclusão de Curso” da Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trabalho esse que é fruto de um esforço coletivo que durou cinco anos, entre alunos, universidade e movimentos sociais.

Objetiva-se em primeiro lugar identificar a participação das mulheres no processo de organização e produção, identificando como é efetivada a divisão social do trabalho nas unidades familiares assim como a participação das mulheres nos espaços de produção, políticos e organizativos existentes no assentamento. Assim como a autonomia exercida pelas mulheres nas decisões referente à produção e comercialização dos produtos.

Esse trabalho tem como objetivo identificar a realidade vivenciada pelas mulheres trabalhadora rurais nos assentamentos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como reforçar o processo de luta historicamente protagonizado pelas mulheres trabalhadoras rurais evidenciando os avanços e retrocessos durante esses 30 anos de construção do MST no Espírito Santo.

Esse trabalho também tem como objetivo evidenciar o trabalho não raramente invisibilizado das mulheres assentadas no processo de organização da produção e suas potencialidades como trabalhadoras que buscam tirar da terra os mais diversos tipos de alimentos, garantindo de forma diversificada a alimentação que garante a renda e a manutenção da família.

O interesse de estudar esse tema surgiu primeiramente pela minha atuação como dirigente do setor de gênero do MST durante 5 anos, conseqüentemente o trabalho que desenvolvi nesse período nos assentamentos do ES, executando debates, discussões, palestras sobre os diversos temas importantes como: o direito a saúde, a documentação, a terra, contra a opressão de gênero, contra a violência e os direitos das mulheres trabalhadoras rurais historicamente negados. No entanto sem um aprofundamento teórico que pudesse embasar meus conhecimentos para entender a opressão vivida pelas mulheres dentro de um processo histórico do desenvolvimento da sociedade e dos modos de produção.

Esse tema também foi escolhido porque ele faz parte da agenda de pesquisa do MST desde o ano 2000 com a criação do setor de gênero, que visava uma maior discussão da participação das mulheres no conjunto do movimento SEM TERRA, e durante esse período o MST tem se esforçado para avançar no entendimento da questão de gênero, da importância das mulheres como protagonistas dentro dos assentamentos e acampamentos, mais também dentro das instâncias do próprio movimento. Muitas dirigentes aguerridas começaram esse debate em períodos difíceis, em que falar de gênero dentro movimentos sociais mistos não eram bem aceitos, muito menos falar de feminismo. Por isso, a necessidade de assumir o compromisso de continuar estudando para contribuir teoricamente com esse debate no conjunto dos movimentos sociais e no conjunto e em toda a sociedade.

Por fim, a motivação de realizar essa pesquisa partiu da carência de estudos realizados por essa comunidade acadêmica voltada para a questão das mulheres camponesas. Acredito que essa pesquisa vai ser muito importante para a UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro, e principalmente para a Escola de Serviço Social, que terá em seus arquivos disponível para outros alunos um estudo voltado para a realidade do campo, pautando a questão de gênero, questão agrária e serviço social. Pois a realidade das universidades do Brasil então em tratar questões voltadas para o meio urbano, o campo historicamente esteve às margens da pauta da universidade e no Serviço Social isso não é diferente.

Tendo em vista os objetivos deste estudo foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo cuja finalidade foi proporcionar uma aproximação com o tema, com vistas a torná-lo mais compreensível. De toda maneira, buscou-se explorar os sujeitos da pesquisa para melhor visualizar o trabalho das mulheres na produção. Segundo Minayo (2004) a pesquisa qualitativa vai além da análise meramente de indicadores, apesar destes não serem negados, ou seja, esse método, leva em conta a essência das coisas, dos acontecimentos e dos sujeitos em uma relação dialética.

Para realizar com êxito a pesquisa e alcançar os objetivos propostos fez-se uso de procedimentos que integram o método qualitativo: entrevistas semiestruturadas.

Para a realização da pesquisa empírica, o instrumento de coleta de dados utilizado foi à entrevista semiestruturada, que, de acordo com Minayo (2004), consiste em um instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências

sociais; é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais de sistemas de valores, normas e símbolos, sendo ela mesma um deles. Ao mesmo tempo, segundo ela, a entrevista tem a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas..

As entrevistas foram gravadas com consentimento dos (as) entrevistados (as).

Foram realizadas entrevistas junto a 10 mulheres assentadas no assentamento Vale da Vitória que serão identificadas por codinomes, e cada uma escolheu o nome de uma flor como referência. A entrevista também foi feita com 10 homens respectivos maridos das mulheres entrevistadas, e o codinome dos homens tem como referencia as plantas medicinais foram. Por fim foi entrevistado o presidente da cooperativa COOPTERRA e o presidente da associação ACASAMA.

Vale lembrar que as entrevistas entre homens e mulheres foram feitas em momentos separados de forma individual, com exceção de um casal que eu preferir fazer a entrevista juntamente com os dois para ter mais subsídios de avaliação.

Buscou-se, para a riqueza do trabalho, elencar algumas categorias que orientaram a produção deste trabalho. Foram elas: trabalho, gênero, divisão sexual do trabalho e cooperativismo.

Nesse sentido o trabalho está organizado da seguinte maneira.

No primeiro capítulo busca-se resgatar o processo da divisão sexual do trabalho na sociedade burguesa – do século XVIII ao XXI. O entendimento da categoria trabalho é de suma importância para entender a opressão das mulheres no mundo atual. Para Marx (1985) o trabalho é a relação entre o homem e a natureza, o homem ao transformar a natureza transforma assim mesmo. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a transformação das sociedades, primitiva para escravista, feudalista até chegar à sociedade capitalista, lógico que essa mudança não se deu de forma mecânica e nem linear. Mas no capitalismo transforma o trabalho até então como parte da natureza humana, para o trabalho alienado. Os homens e mulheres não se reconhecem no produto resultante de seu trabalho, a força de trabalho se torna uma mercadoria quando inseridas nas relações sociais de produção capitalista. (MARX, 1985).

Mesmo a divisão social do trabalho sendo anterior ao modo de produção capitalista, é no capitalismo que essa forma vai se torna cada vez forte e resultando

também na chamada divisão sexual do trabalho, onde socialmente são delegadas tarefas conforme o sexo das pessoas. Para Mazzei (2013) historicamente foram relegada as mulheres as atividades do trabalho reprodutivo, trabalho esse ligado a manutenção da família do cuidado com a casa, enfim, o trabalho do mundo privado aquele que é realizado dentro de casa. Aos homens o trabalho produtivo, aquele que está ligado ao mundo do intelecto, da sabedoria, do provedor, do forte, do público, explicitando uma forte hierarquização no mundo do trabalho.

A divisão sociosexual do trabalho é, portanto um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, segundo essa divisão , o trabalho doméstico permanece predominantemente sob-responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas nos espaços produtivos ou não. (MAZZEI, ET AL, 2013, p.65)

O segundo capítulo, procuro relatar as formas como o MST tem organizado o processo da produção dentro dos assentamentos nos diversos aspectos. Primeiro a partir da organização de cooperativas e associações que incentivam o trabalho cooperado entre os assentados, para melhor desenvolver a produção nos assentamentos assim como o processo De comercialização. Para Stedile e Fernandes (1996) ocupar a terra não é o único objetivo do MS, os assentamentos têm que ser um diferencial no campo, principalmente nos aspectos organizativo, na produção, na educação, na moradia etc.

O segundo aspecto, é entender a forma como foi e está organizado o trabalho nos assentamentos, nas cooperativas e associações. Qual o envolvimento do conjunto da família nesse processo? Como as mulheres têm participado do trabalho na produção, na gestão dessas cooperativas, e qual o incentivo dado pelo setor de produção, pela assistência técnica, e pelas políticas públicas do governo as mulheres assentadas. Incentivar a participação das mulheres e jovens no processo produtivo nos assentamentos é uma das linhas de ação estratégica do setor de produção do MST no Espírito Santo. (PIZETTA, ET AL, 205).

Um terceiro aspecto é a auto-organização das mulheres no trabalho produtivo de forma coletiva. Muitas associações de mulheres foram criadas com objetivo de ter uma atividade de produção independente. Nesses espaços as mulheres têm conseguido se colocar como sujeitas no processo de trabalho, adquirindo conhecimento em agroindústrias nos diverso tipo de produção, nas áreas administrativas e na parte da comercialização.

Por último, o terceiro capítulo trata da pesquisa empírica, onde foi identificado como está organizado a produção na família e a divisão do trabalho entre os membros, a autonomia relativa das mulheres nas decisões referente ao lote e a casa, a contribuição das mulheres na renda da família, e o trabalho invisibilizado das mesmas nas unidades famílias.

No mais espero que esse trabalho possa contribuir para o conjunto da classe trabalhadora, e que cada militante possa compreender seu papel na construção de um mundo melhor sem exploração, opressão ou qualquer outro tipo de violência contra as mulheres.

CAPÍTULO 1

1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE BURGUESA – DO SÉCULO XVIII AO XXI

No processo de desenvolvimento da humanidade muitos foram os modos de organização da produção e da sociedade. A história da sociedade é a história do desenvolvimento da humanidade e da luta de classes. Para Marx (1985), no período primitivo os homens e as mulheres se distinguiam dos outros animais, pela capacidade de fabricarem instrumentos que interagisse com a natureza para atender às suas necessidades. Esses instrumentos, tais como o machado de pedra lascada, a lança entre outros são produtos do trabalho. E foi o trabalho, a partir da relação entre o homem e a natureza que possibilitou a existência da espécie humana, pelo processo da humanização.

Parafraseando Marx (1985, p.202): o que diferencia o pior arquiteto da melhor a abelha é o fato dos homens idealizarem primeiro na cabeça o projeto e depois aplicá-lo na prática, “[...] no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador”. Marx chama esse processo de idealização e objetivação. Ao contrário dos animais que nascem programados para determinada ação instintiva, que vai atender suas necessidades momentâneas.

A comunidade primitiva foi à primeira fase ou a primeira forma histórica de organização dos homens. Nesta época da humanidade, como eram fracos os instrumentos de produção, os homens só podiam resistir às forças da natureza se agissem em conjunto, por isso se organizavam em pequenos grupos nômades, por conta da escassez de alimentos. Trabalhando a Natureza, Homens e mulheres de forma coletiva aperfeiçoaram seus instrumentos de trabalho e junto a isso as relações sociais, desenvolvendo assim as primeiras formas de organização. A humanidade tem uma relação direta e indissociável com a natureza, onde o trabalho é o meio que intermedia essa relação. Para Lessa e Tonet (2008) é por meio do trabalho que os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente diferente das leis que governam os processos naturais.

[...] O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu copo, braço e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana (MARX, 1890 p.202).

Já no primitivismo existia a divisão do trabalho entre homens e mulheres. As mulheres nas comunidades primitivas eram poupadas das tarefas perigosas como, por exemplo, a caça. Não porque havia uma discriminação internacionalizada em relação às mulheres, ao contrário, as mulheres eram cuidadas, porque a ela cabia a tarefa importante de gerar filhos. Os homens não sabiam do seu papel na procriação e pensava que as mulheres pariam dos deuses. Havia um dialogo onde as mulheres podiam participar das discussões coletivas, trabalhavam na coleta de alimentos, e foram as primeiras horticultoras (LESSA, 2012).

Nas sociedades que viviam da coleta, a taxa de fertilidade (de bebês em relação ao total de pessoas) dependia diretamente da quantidade de mulheres capazes de procriar. Como apenas era possível criar um determinado número bastante pequeno de bebês por ano, era preciso regular da melhor forma possível a quantidade de mulheres adultas, de homens adultos e, portanto, de crianças e bebês de cada um dos sexos. Se fosse necessário aumentar a proporção de homens, os bebês femininos eram abandonados, e vice-versa. E, também, como a morte de um homem adulto não alterava a quantidade de bebês que o bando poderia ter, a vida das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabia a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas (LESSA,, 2012, p.18).

No primitivismo não havia uma responsabilidade exclusiva das mulheres no cuidado com as crianças. Segundo Lessa (2012) a criação das crianças era responsabilidade de toda a tribo, a tarefa de cuidar das crianças era uma tarefa coletiva como qualquer outra. A morte de um pai ou de uma mãe, não deixava uma criança órfã. Caso isso ocorresse essa criança seria criada pela tribo com todo o cuidado.

Com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, e com as mudanças dos instrumentos de trabalho feitos de pedra para instrumentos feitos de bronze ou ferro, aumentou a produtividade do trabalho, passando a produzir mais em menos tempo. Foi possível cultivar mais a terra com a agricultura e a criação de gado.

Deu-se então a primeira grande divisão do trabalho na sociedade: a pecuária separou-se da agricultura. Até esta fase, os seres humanos faziam todos as mesmas coisas: caçar, cultivar a terra, criar gado, pescar; havia apenas uma divisão natural do trabalho entre homens e mulheres e entre adultos, crianças e velhos (COGGIOLA, 1986).

Com toda essa evolução das forças produtivas e com o aumento de excedente de alimento o trabalho coletivo passou a dar lugar ao trabalho individual. Para o trabalho coletivo se desenvolver é necessário que a terra também seja um bem coletivo. Enquanto o trabalho individual pedia a propriedade privada. Assim foi aparecendo à posse da propriedade privada e a desigualdade de riqueza entre as pessoas mesmo dentro das tribos.

Contudo, essa desigualdade crescente entre os membros das tribos levou a formação do Estado. *“Estado, em regime de classes inimigas, é um organismo de opressão da classe explorada pela classe dos exploradores. Eis, pois, como no fim da comunidade primitiva começou a nascer um novo modo de produção: o escravismo”*. (COGIOLA, 1986, p.36). A sociedade escravista tem como base fundante a propriedade privada dos senhores de escravos sobre os meios de produção, bem como sobre os próprios trabalhadores. A escravidão é a primeira e a mais brutal forma de exploração do homem pelo homem.

A sociedade escravista também se torna patriarcal, os homens passam a reger as leis de governabilidade inclusive sobre as mulheres. As mulheres que até então tinham uma vida independente e possuíam prestígio social, perderam o seu status. *“Foram reduzidas ao âmbito da casa e da criação dos filhos, pois para a sociedade competitiva quanto mais filhos, maior era a força de trabalho barata e maior o número de soldados para defender a terra dos reis”*. (MURARO, 2003)

O homem, ao contrário, alocou a si mesmo o mundo do trabalho, do poder, da guerra, do conhecimento, enfim, o domínio público, que se opôs, desde então, ao domínio privado, da casa e da mulher. A partir daí, a mulher começou a ficar totalmente submissa ao homem: não podia trabalhar fora de casa e, portanto, a sua subsistência era provinda pelo homem e não mais por ela.

Dando continuidade à sociedade de classes, o escravismo vai dando lugar ao feudalismo. O feudalismo estava baseado, predominantemente, em três classes: servos, senhores e clero. As terras eram divididas em feudos e cada feudo tinha um senhor. Os servos (camponeses) trabalhavam nos feudos onde produziam para seu sustento e de sua família, e trabalhavam nas terras exclusivas dos senhores sem receber nada por isso.

Para Huberman (1968), as terras dos senhores feudais tinham características importantes como: as melhores terras eram pertencentes aos senhores, e tendo dela o direito de toda a produção, o restante das terras era dividido com milhares de

camponeses. As terras eram trabalhadas em cultivos rotativos, e por faixas de terras. E todos os servos tinham que priorizar as demandas dos seus senhores, como por exemplo, se chovesse e tivesse que salvar entre a colheita do servo ou senhor, era a do senhor que seria salva primeiro.

No entanto, os homens e mulheres continuavam ligados à terra, não como proprietário, mais podendo tirar dela seu sustento, mesmo de forma muito precária. Faltavam suplementos porque as forças produtivas ainda eram pouco desenvolvidas

As relações sociais eram muito controladas, aconteciam somente entre as pessoas do mesmo feudo, essas não poderiam se relacionar com as pessoas dos feudos vizinhos. Huberman (1968) acrescenta ainda que não tinha como acontecer um casamento entre homens e mulheres de feudos distintos. Porque os senhores não podiam correr o risco de perder algum de seus servos.

As mulheres no feudalismo exerciam um papel de submissão. Não podiam casar sem autorização do seu senhor feudal. Se uma viúva desejasse casar-se de novo deveria pagar uma taxa ao seu senhor. E caso quisesse manter-se viúva, também teria que pagar uma taxa ao seu senhor, caso contrário esse poderia obriga-la a casar sobe sua vontade (HUBERMAN 1968).

No final do século XVIII põe-se fim no modo produção feudal, que começa a desmoronar por conta do surgimento do comercio, expresso no crescimento de uma economia de base mercantil. O processo de crise do feudalismo é, igualmente, o solo histórico do movimento que conduzirá ao mundo moderno que é a Revolução Burguesa (NETTO; BRAZ, 2010).

A revolução Burguesa vê-se, constitui mesmo toda uma época de revolução social- inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII E XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia política-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com o feudalismo, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França). A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789 (...) enterrado o Antigo Regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado burguês. (NETTO, BRAZ, 2010, p.74)

O modo de produção capitalista está assentando na propriedade privada dos meios produção e na divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais antagônicas, novas e com qualidades diferentes dos modos de produções anteriores que são: burguesia e proletariado.

O Manifesto do Partido Comunista escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1948, começa suas paginas dizendo: **A História que existiu até agora é a História da luta de classes**. Com exceção do modo de produção, onde o que se produzia era dividido conforme as necessidades de cada um, todos os outros períodos históricos de desenvolvimento dos modos de produção sempre houve uma luta entre dominadores e dominados, entre fracos e fortes, entre ricos e pobres e entre exploradores e explorados.

A burguesia, sempre que obteve o domínio, pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedadamente rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou restar vínculos algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do “pagamento em dinheiro” insensível. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu nas águas geladas do calculismo egotista. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E, no lugar de inumeráveis liberdades privilegiadas irrevogáveis, implantou essa liberdade única, inescrupulosa – Mercado Livre. Em uma palavra, substituiu a exploração velada por - ilusões religiosas e políticas – pela exploração aberta – impudente direta e brutal (MARX; ENGELS, 1997, p12)

A base do modo de produção capitalista é a produção de mercadoria que é fruto do trabalho, uma relação estabelecida entre homem, objeto e natureza. Marx (2008) Nos diz que, “A primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar (simples) dessa riqueza. Mas, cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca”.

Anteriormente nas sociedades de classes escravistas e medieval as produções de mercadorias eram utilizadas para o uso e para as trocas entres as pessoas e os feudos. No capitalismo isso se torna diferente, praticamente tudo vira mercadoria com valor de troca onde o equivalente é o dinheiro. As necessidades cada vez avançadas foram sendo criadas pelo próprio capitalismo. Para Marx, toda mercadoria é um valor de uso, mas nem todo valor de uso é mercadoria.

Para Marx, valor é o tempo médio socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. O valor de uso é o valor que as coisas têm para as pessoas que se servem delas; ele reside na utilidade das coisas. Para uma pessoa que gosta muito de ler, o valor de uso de um bom romance é diferente do valor de uso desse mesmo romance para um analfabeto.

Por sua própria natureza, o valor de uso não pode ser medido, não pode ser traduzido em uma determinada quantidade, não pode ser expresso em números. Se eu gosto mais de um livro do que o meu vizinho, o livro tem maior valor de uso para

mim, porém, não é possível explicar o fenômeno através de cifras. O valor de uso é sempre subjetivo: depende do sujeito que está usando ou pretende usar a coisa.

O valor de troca, ao contrário do valor de uso, não é subjetivo, e sim objetivo e quantitativo. Ele se manifesta objetivamente nas relações sociais, na troca, na compra e na venda dos produtos. Para Marx em O Capital, uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfazem a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é necessário não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, darem origem a valor-de-uso social.

Consideradas como valor de troca, as mercadorias não são mais que medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado. Para melhor compreender o fato de que o valor de troca está determinado pelo tempo de trabalho, importa estabelecer os seguintes pontos principais: a redução de trabalho a trabalho simples, sem qualidade, por assim dizer; o modo de ser específico pelo qual o trabalho criador de valor de troca, e, por conseguinte, produtor de mercadorias, é trabalho social; e, por fim, a diferença entre o trabalho enquanto produz valores de uso e o trabalho enquanto produz valores de troca.

Para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a elas incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples; em síntese: o trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue senão pela quantidade (Marx, 2008, p.55).

Na sociedade burguesa capitalista os trabalhadores não mais estão presos nas amarras do feudalismo, se ver agora “livres” para ir e vir. Esse trabalhador poderá agora vender sua força de trabalho para quem ele quiser, já que ele está livre também dos meios de produção (terra) para criar os bens de que necessita para sua sobrevivência, estando dessa forma sempre disponível para o trabalho assalariado.

No entanto a força de trabalho pertencente ao trabalhador, também vira uma mercadoria que fica disponível ao capitalista que são proprietários dos meios de produção. Como as mercadorias têm um valor, e valor de mercadorias para Marx, é o tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Como será calculado o valor do salário dos trabalhadores?

É calculado da mesma forma que calcula as outras mercadorias. Na passagem de Marx no livro I, volume I do O Capital, menciona que (...) “o valor diário da força de trabalho importava em 3 xelins, pois nela se materializa meio dia de

trabalho, isto é, custam meio dia de trabalho os meios de subsistência quotidianamente necessário para produzir a força de trabalho. Em troca de uma quantidade de força de trabalho o capitalista dará um valor em dinheiro. E o que é valor? Tempo de trabalho socialmente necessário”.

Isso quer dizer que, somando tudo que o trabalhador gasta em sua manutenção e de sua família, como: alimentação, moradia, estudo, lazer, transporte, saúde, etc., são calculados o valor de seu salário. Sabemos que no capitalismo as coisas não funcionam assim tão humanamente falando.

Marx continua desenvolvendo que, o possuído do dinheiro paga o valor diário da força de trabalho; podendo ele usufruir dela toda uma jornada de trabalho. “A manutenção quotidiana da força de trabalho custa meia jornada, apesar de a força de trabalho poder trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor – de - troca”, (salário pago em troca da força de trabalho). Com esse movimento o capitalista tem a Mais-Valia, possível somente com o trabalho humano.

Devido ao uso intensivo de maquinários e a divisão social do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo o seu caráter individual e, em consequência, todo o encanto para o trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina, e dele só é exigida a habilidade mais simples, mais monótona e mais facilmente adquirida.

Com inserção das máquinas revolucionando a indústria a força de trabalho dos homens foram tornado desnecessária, um grande exercito industrial de reserva¹ foram se formando. As indústrias podiam contratar a salários muito baixos, já que havia muita gente querendo trabalho.

As mulheres durante o séc. XVII e início do séc. XVIII ocupavam na sociedade o espaço privado, executando o chamando trabalho reprodutivo, que consistia em gestar filhos e cuidá-los, no cuidado da casa, dos idosos da família, no preparo dos alimentos, no cuidado com o marido enfim, das tarefas domésticas, sendo às mulheres privado dos direitos políticos, de manifestação de opiniões etc.

Com as mudanças no processo de trabalho nas indústrias, com o surgimento das máquinas nas fabricas que causou o desemprego exacerbados dos homens, influenciados pela vontade desenfreada dos capitalistas em obterem mais lucro, às mulheres e crianças passam a ocupar espaços de trabalho nas fabricas.

¹ Massas de trabalhadores desempregada. Termo usado por Marx em O CAPITAL.

Tornando supérflua a força de muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 1890, p 450.)

Dessa forma o capital aumentou a exploração e Mais-Valia. As jornadas de trabalho eram extensas e os ambientes das fábricas totalmente insalubres, ainda assim mulheres recebiam menos do que os homens por tempo de trabalho igualmente desenvolvidos. Em nota de rodapé em O CAPITAL Marx relata que, “Três meninas com 13 anos de idade e salário de 6 a 8 xelins por semana substitui um homem adulto com salário de 18 a 45 xelins”.

Mulheres casadas que trabalhavam em grupo com moças e rapazes são postas ao à disposição do arrendatário das terras por um homem, o gerenciador, que contrata pelo grupo inteiro. Os bandos assim formados se deslocam frequentemente para lugares que ficam a muitas milhas de distancia de suas aldeias, e são encontrados nas estradas, ao amanhecer e ao anoitecer; as mulheres com anáguas curtas, com as correspondentes saias e botas, às vezes de calças, com a maravilhosa aparência de fortes e sadias, mas corrompidas por costumeira licenciosidade², sem cuidar das consequências nefastas que seu gosto por essa vida movimentada e independente acarreta para os seus rebentos que definham em casa (Marx, 1890, apud Dr. Hunter, Henry Julian p.455).

Assim,

Uma vez que não podem ser suprimidas inteiramente, certas funções da família como cuidar de crianças e amamenta-las, têm as mães de família confiscadas pelo capital de arrumar algo que as substitua. Os trabalhos necessários à vida familiar, como costurar e remendar, têm ser substituído pela compra de mercadorias fabricadas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde maior gasto de dinheiro (MARX, 1890, p.451).

Com essa exploração desenfreada das trabalhadoras e dos trabalhadores pela classe dominante, e com o aumento do desemprego, foram acontecendo diversas formas de resistência do proletariado em toda a Europa. Os trabalhadores e trabalhadoras foram tomando consciência da sua condição de explorado e foram se organizando nas fábricas. As reivindicações eram principalmente pela redução da jornada de trabalho e contra a precarização do trabalho. Pouco a pouco os (as) trabalhadores (as) foram tomando consciência enquanto classe trabalhadora.

No séc. XIX as mulheres de vários países da Europa e da América do Norte, como os Estados Unidos influenciados pelo socialismo utópico começam a se organizar na luta pelos seus direitos como: administrar suas propriedades e salários

² Algo que ofende o pudor, libertino. (Aurélio)

que até então era feito pelos homens, e a principal demanda era o direito ao voto e participação política, surgindo 1848 nos EUA o movimento das sufragistas (GONZÁLEZ, 2010).

Ainda segundo González (2010), na Rússia o crescimento da indústria a partir da segunda metade do séc. XIX teve um forte crescimento do proletariado, dentre eles um número grande de mulheres, que, também como em outros países de economia capitalista, sofriam uma dupla exploração, por serem trabalhadoras e por serem mulheres. As mulheres camponesas viviam conformadas pela exploração do latifúndio e as operárias alienadas nas fabricas ganhando salários baixos sem nenhum tipo de proteção no trabalho.

Nas últimas décadas do séc. XIX na Alemanha e na Rússia principalmente havia grandes movimentações de jovens nas universidades que se envolveram com o pensamento socialista marxista, eles se articulavam para a organização do proletariado. Dentre esses jovens havia varias mulheres que despontavam como grandes lideranças marxistas, como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kolontai etc.

Vale lembrar que o desenvolvimento do capitalismo e as lutas socialistas não se deram da mesma forma e tempo em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, no período em que a indústria estava em pleno desenvolvimento na Inglaterra, França e outras partes da Europa, por aqui ainda permanecia a exploração da força de trabalho dos escravos, e produção de matéria primas agrícolas para exportação. Leandro Konder em seu livro: A história das ideias socialistas no Brasil (2010) relata que ainda em 1785, a coroa portuguesa proibia o funcionamento de pequenas manufaturas no Brasil, e que o governo da colônia recolheu os poucos teares que existiam no Rio de Janeiro na época.

Portanto, até as últimas décadas do séc. XIX o Brasil era dividido entre escravos, monarquia, e a igreja. As mulheres faziam parte de duas classes distintas: ou eram escravas que serviam a coroa, ou eram mulheres ricas que faziam parte da classe dominante do período. As mulheres escravas, além do trabalho braçal, tinham que fazer o papel de reprodução da força de trabalho escrava. Mais ambas eram submetidas à ordem patriarcal.

Por conta das pressões sofridas pelos países da Europa contra o Brasil por ainda fazer uso da força de trabalho escravo, o que impossibilitava o desenvolvimento da indústria no país, a abolição enfim aconteceu em 1888, abrindo

caminho para as indústrias que foram crescendo, formando em pouco tempo uma camada de trabalhadores urbanos, operários que logo foram também se organizando em sindicatos, já que existiam embriões das ideias socialistas nesse período no Brasil (KONDER, 2010).

O séc. XX é marcado por grandes confrontos de classe. Cada vez mais crescia os números de fábricas abarrotadas de mulheres, trabalhando em péssimas condições e recebendo pouco em vista dos homens, por conta da sua condição de mulher. Nas fábricas não era pouco o acontecimento de incêndios, por conta das precariedades dos galpões onde as mulheres trabalhavam, os patrões costumavam trancar as portas das fabricas durante a jornada de trabalho, por isso quando aconteciam os incêndios as mulheres não tinham como escapar (González, 2010).

A partir de 1970 houve um crescimento das mulheres no mundo do trabalho. Mazzei (2013) vai caracterizar esse fenômeno como Feminização no mundo do trabalho. A autora traz o debate no sentido de que, o fato das mulheres estarem cada vez mais se incorporando ao mercado de trabalho, não muda a divisão sexual do trabalho, historicamente construída pela sociedade patriarcal, onde a mulher está responsável pelo espaço reprodutivo e ao homem o espaço produtivo. As mulheres continuam a exercer o trabalho doméstico, desenvolvendo nesse novo panorama a dupla jornada de trabalho.

Historicamente as mulheres sempre ocuparam espaços na sociedade a partir da demanda do próprio capital, quando a ele era conveniente. A divisão sociosexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mais, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico permanece predominantemente sobre a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas nos espaço produtivo ou não (MAZZEI, 2013).

Fica mais evidente a dominação do sistema capitalista sobre as mulheres com a categorização feita por Hirata da divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Hoje, em pleno século XXI, com todas as mudanças resultantes das lutas das mulheres, podemos elencar várias conquistas importantes como o direito ao voto, ao uso métodos contraceptivos que garantiu o direito as mulheres de controlarem a quantidade de filhos que queiram ter, além do controle do seu próprio corpo, o direito a divorcio, o direito ao estudo nos diversos níveis, enfim, todas essas conquistas possibilitaram as mulheres se tornarem protagonistas de suas ações nos diversos espaços da sociedade, como exemplo, a expansão da participação das mulheres nas diversas profissões no mercado de trabalho, nos movimentos sociais e nos partidos políticos. No entanto o trabalho desenvolvido pelas mulheres continua sendo o mais precarizado, com menor remuneração comparada com os salários recebidos pelos homens (MAZZEI, 2013).

Tendo como base nas autoras Mazzei e Hirata, podemos analisar a seguinte questão: o pensamento de que a libertação das mulheres viria com sua emancipação no mercado de trabalho, que o fato das mulheres trabalharem fora traria a independência financeira e com isso também sua independência perante a sociedade e principalmente perante os maridos, não é verdade.

Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Foi com a tomada da consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se tão coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.597).

No Brasil a partir de 1989 após as eleições para presidente, onde o Fernando Collor de Mello foi eleito o Neoliberalismo toma força e muitas mudanças acontecem no mundo do trabalho. Para Motaño (2011), o projeto neoliberal elege uma estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, em fase da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolveram no pós - 1970, e que se desdobra praticamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho, atingindo as leis e direitos trabalhistas as lutas sindicais e da esquerda e as chamadas reestruturação produtiva e a contra reforma do estado.

O neoliberalismo ataca fortemente o trabalho como forma de eliminar qualquer tipo de resistência ao processo de contra reforma do Estado. Motaño (idem) cita algumas medidas do neoliberalismo para alcançar seus objetivos, e dentre eles o principal foi, atacar as lutas dos trabalhadores, deslegitimando-as

perante a sociedade. Outra medida foi desregulamentar o mercado de trabalho, precarizando ainda mais os empregos, com isso o desemprego passa a ser frequente por conta das terceirizações ou subcontratações.

Ricardo Antunes no livro *O avesso ao trabalho* (2004) corrobora com Montaño e acrescenta que com a reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas e do mercado de trabalho, no que tange a divisão sexual do trabalho houve um processo de Feminização do mercado de trabalho em alguns setores como, por exemplo, o bancário e automobilístico. No entanto com condições mais precarizado, salários baixos, discriminação e opressão das mulheres no ambiente de trabalho.

Gebara (2001) publicou que em 2000 o Fundo Monetário Internacional circulou um documento que dizia que o projeto neoliberal ajudou o feminismo porque deu muito trabalho às mulheres, e a NIKE como a principal empresa empregadora. A autora relata parte do relatório de uma feminista ao qual ela não cita o nome, que diz que a NIKE está presente em mais de 30 países, sobre tudo nos asiáticos, e no mundo ela tem 400 mil empregados, e desses 90% são mulheres que exerce o trabalho em suas casas, em carteira assinada, portanto sem direito garantidos.

A autora acima citada faz uma análise de que capitalismo neoliberal destrói a identidade do trabalhador, colocam homens contras as mulheres. As mulheres têm que realizar trabalho doméstico e trabalho escravo mal pago fora de casa, e os homens sem trabalho, ficam em casa sem ter o que fazer, aumentando assim a violência contra as mulheres. Por outro lado o capitalismo emprega os considerados com maior capacidade inteligível para trabalharem nas empresas altamente tecnológicas. Reservando as mulheres o trabalho mais inferiorizado que não depende de capacidade técnicas para serem elaborados.

Com tudo, vimos o quanto à divisão sexual do trabalho é incorporada pelo capitalismo em sua diversa fases, ele tira e incorpora as mulheres no mercado de trabalho quando a ele é conveniente e rendável. O capitalismo fortalece as desigualdades entre homens e mulheres e a hierarquização do sexo masculino sobre o sexo feminino. O chamado trabalho produtivo passou a ter mais valor na visão da sociedade capitalista do que o trabalho reprodutivo. Com isso as mulheres foram sendo cada vez mais subordinadas às vontades masculinas, se constituindo como seres sem subjetividade, apenas instrumentos de satisfação masculina e manutenção de suas necessidades.

Contudo, as mulheres nunca aceitaram essa condição de exploração de braços cruzados, em todos os períodos sempre desenvolveram lutas de resistências às condições de dominação impostas pela sua condição feminina. Sobre esse tema iremos desenvolver melhor no próximo item.

1.1 RELAÇÕES DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E LUTA DE CLASSES.

Nos dias atuais tornou-se comum ouvir falar de gênero, têm aumentado os espaços de debates, produções de teses, disciplinas acadêmicas com esse termo. Os programas de governo também têm abordado com mais frequência essa temática, criando até secretaria para atuarem diretamente nessa área. Mas afinal o que é Gênero?

Muitos pesquisadores (as) têm estudado esse termo como uma categoria importante para entender as relações humanas. Scoot (1995) relata que o uso mais recente, do “gênero” pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter essencialmente social da separação baseada no sexo.

O movimento das sufragistas dos Estados Unidos foi um dos processos que apresentou a pauta da participação feminina, iniciou em 1848 com a reivindicação do voto feminino, sendo essa demanda atendida somente em 1919, onde o voto já era universal no país, menos para as mulheres (GONZÁLEZ, 2010). No entanto, não havia um debate de gênero. Podemos lembrar também que as mulheres socialistas já faziam grandes debates e lutas pelos direitos das mulheres, sem necessariamente usar a categoria gênero.

Muitas pessoas acreditam que a palavra gênero pode ser usada como um sinônimo de mulheres, porém, essas palavras, para a maioria dos estudiosos do tema, não são sinônimas. Segundo Scoot (1995), o termo gênero sugere que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Ou seja, os estudos de gênero têm um caráter de correlação: o masculino e o feminino são construídos na relação de um com o outro.

Joan Scott (1995) afirma que gênero é um instrumento que esclarece as realidades históricas construídas, que definem no âmbito cultural e social o que significa ser mulher e ser homem. O termo e seu referencial ajudam a definir as

características que não são biológicas, mas que são atribuídas às mulheres e aos homens, num processo de construção social e cultural. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significados às relações de poder”. (SCOOT, 1995, p.14)

Para Gebara (2001, pg. 8), a “questão de gênero entra como instrumento para analisar as relações humanas”, para a autora a categoria gênero não é absoluta, ela por si só não dá conta de questões mais amplas, por exemplo, a exploração que vive a classe trabalhadora, por isso outros instrumentos de análise têm que passar pela questão de gênero. Gênero tem que ser atravessado por outras categorias como idade, cultura, classe, etnia. Para Gebara, gênero é um instrumento de análise política das relações sociais entre homens e mulheres, é um modo de ser no mundo, que destaca a pluralidade do humano.

Há um equívoco em muita gente, pensando que gênero é igual mulher, falar de gênero não é falar de mulheres, mas de relações; relações sociais entre mulheres e homens. Gênero não é igual mulher. Gênero é igual relação entre mulheres e homens. Essas relações são relações estabelecidas pela cultura e relações que também se dão em forma de dominação de um sexo em relação ao outro. (GEBARA, 2001)

As relações de gênero vão se reproduzindo na sociedade através de instituições e instrumento que vai naturalizando as opressões de gênero, e enraizando a ideologia da classe dominante, o primeiro instrumento é a família monogâmica. “A origem da família monogâmica se situa na transição para a sociedade de classes. Para que a resistência contra a exploração seja controlável, é fundamental que os escravos, servos, proletários, etc. busquem a sua sobrevivência de modo individual, não coletivo”. (Lessa, 2012, p.25), com isso as crianças deixam de serem cuidadas, alimentadas por todos na tribo. As mulheres e crianças passam a ser propriedade privada daquele que sustenta o núcleo familiar.

Na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (2005, cartilha: construindo novas relações de gênero), na família burguesa o padrão de organização familiar é integrado aos interesses da classe dominante, e se caracteriza principalmente pelo fechamento da família em si mesma, onde os homens e mulheres têm funções e espaços de atuação bem separados. O espaço da mulher é a casa e do homem o mundo fora de casa. As mulheres ensinam as

meninas a serem boas donas de casas, boas cozinheiras, zelosas, delicadas, boas mães e acima de tudo obedientes aos seus maridos.

Os meninos são educados a serem fortes, bravos, bons negociadores, ser um excelente provedor das famílias além de punhos fortes para controlá-las sob seu interesse.

Para o homem burguês o trabalho é o espaço no qual as relações são redigidas pela frieza, calculismo, competição, a busca pelo sucesso.

“Se o mundo dos negócios é o lugar da razão, o lar passou a ser o espaço exclusivo da emoção, simbolicamente associado à proteção, amor, carinho, harmonia, enfim o paraíso. E a mulher na família burguesa passou a ter uma vida de reclusão, sobre o argumento de que era frágil demais para suportar o inferno do mundo dos negócios”. (MST, 2005, P.20)

Ainda na atualidade as mães preparam o enxoval das crianças conforme o sexo se for menina as roupas e todos os adereços são rosa, se for menino azul. Rosa representa fragilidade, sensível, rosa é plantada, fica ali num único lugar e necessita de cuidados. Azul representa o universo, o externo, sensação de liberdade, o infinito. As meninas brincam de boneca e casinha, para desde cedo ir aprendendo a cuidar de crianças para ser no futuro uma “boa” mãe. Os meninos brincam de cavalinho, de revolver, bola, enfim tudo que é ligado ao externo. Tudo isso são ensinamentos através dos símbolos que exerce um domínio no subconsciente das pessoas, e são reproduzidos dentro da própria família, de geração pra geração.

O segundo instrumento é a igreja, a religião dinamiza a figura de uma mulher ideal, boa samaritana, ou aquela santa que se identifica com Maria mãe de Jesus, bondosa e sofredora. Por outro lado a religião demoniza aquela mulher que não é obediente, que inflige às regras impostas, a aquela que gosta de se enfeitar, se arrumar, se maquiar, essas mulheres são comparada a Eva, a mulher que no mito religioso levou a Adão cometer o pecado.

O terceiro são os meios de comunicação de massas, talvez o mais eficiente instrumento da burguesia para impor seu padrão de dominação. Através da televisão a classe dominante vai padronizando tudo de acordo com seu interesse; como a moda, música linguagem, comportamento, entre outros. Através da mídia, televisões e rádios usam-se a imagem da mulher como fossem mercadorias, as

músicas que falam das mulheres são pejorativas e com duplo sentido. O corpo da mulher é tratado de forma mercantilizada.

Com toda essa reprodução cotidiana da opressão das mulheres fica uma sensação de que sempre foi assim, e cabe às mulheres aceitarem sua condição de subalterna, e aos homens a condição de superiores. No entanto, como foi mencionado pelas autoras acima, gênero é uma construção histórica, a partir de cada sociedade, e modo de produção existente. Por tanto o que foi construído, pode ser desconstruído. Natural é nascermos machos e fêmeas que são as diferenciações pelo sexo, a sociedade nos torna homens e mulheres. Há uma frase célebre de Simone Beauvoir (apud MST, 2005, p.34) que diz. *“Não se nasce mulher, torna-se mulher”*.

A luta de gênero não é necessariamente separada luta de classes, ao mesmo tempo os muitos que fazem a luta de classe muitas vezes não tem as questões das mulheres como prioridade. Na atualidade muitos são os movimentos mistos, que no seu interior tem grupos de mulheres militantes que fazem a luta específica contra a opressão das mulheres.

Se analisarmos a luta das mulheres socialistas na Rússia, mencionada no item anterior, veremos que havia uma luta de classe travada por um conjunto de homens e mulheres contra a dominação do Czar sobre a classe trabalhadora, o objetivos dos (as) militantes era a sociedade socialista. Mas a questão específica das mulheres não eram tratadas com o mesmo afinco, tendo as dirigentes inseridas no partido comunista que levantar a bandeira feminista dentro do próprio partido.

[...] Clara [Zetkin] sempre insistiu sobre a necessidade, para a mulher, de assegurar sua independência econômica por meio do trabalho. Enfatizou, com acerto, o crescimento do número de mulheres empregadas na indústria. Em compensação, não comentou que havia uma tendência que, no entanto, ela constatou de uma parte significativa de mulheres abandonaram seu trabalho externo para se ocupar de tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, assim que o salário do marido tornava-se suficiente para manter a família (BADIA, 2003, p.92).

A luta que Clara Zetkin travava pela emancipação das mulheres, por melhores condições de vida, por autonomia política e pelo direito á universidades entre outros, nunca foi separada da luta pelo socialismo, ela dizia que *“só o socialismo pode dar ás trabalhadoras uma emancipação real. O socialismo não triunfará senão pela luta de todos os proletariados”*.

Alexandra Kolontai líder do partido comunista soviético, foi à primeira mulher no mundo a ocupar o posto de ministro de Estado, fez importantes lutas também

dentro do próprio partido, questionava a posição machistas de companheiros que defendiam a revolução, mas quando se tratava de fazer o rompimento com as velhas estruturas, das relações sociais que oprimiam e limitavam as mulheres, não era comum encontrar grandes revolucionários que estivesse disposto a se unirem em defesa das mulheres e contra a velha mentalidade patriarcal (KOLONTAI, 2000).

Cecilia Toledo citando Virginia Gusmán do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán, argumenta que a subordinação feminina é um problema diferente do problema das relações de classe. Ela ataca as feministas marxistas, por considerarem que todos os processos sociais são consequências de uma estrutura econômica.

As marxistas entendem que quando se fala em opressão das mulheres não podem utilizar apenas categorias econômicas. A opressão é um conjunto de atitudes que envolvem também categorias psicológicas, emocionais, culturais e ideológicas. A correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas. (TOLEDO, MARXISMO VIVO)

Existe um preconceito na sociedade atual, e não muito raro dentro dos próprios movimentos mistos quando alguém diz: sou feminista! Há um pensamento distorcido em relação ao feminismo. Propagandeia-se uma ideia, que feminismo é o contrário de machismo, costuma dizer que luta feminista é coisa de mulheres burguesa que não tem o que fazer, ou pior, não é raro ouvir falar que feministas são mulheres mal resolvidas amorosamente. Claro, que tudo isso é usado para negligenciar, desqualificar a luta feminista, sem ao menos conhecer o processo histórico desse movimento.

Segundo o dicionário Aurélio machismo significa: atitude de quem considera o indivíduo do sexo masculino superior em direito e qualidade ao do sexo feminino. Feminismo no Aurélio significa: movimento favorável à equiparação dos direitos civis e políticos da mulher aos homens. Então o machismo é um comportamento de discriminação em relação à mulher baseada no entendimento de que a mulher é inferior ao homem, tanto nos aspectos físico quanto intelectual. Como a sociedade é dominada sobre os interesses dos homens, a elas restam o espaço privado, e a submissão aos homens.

Feminismo é um movimento de luta, organizado por mulheres, que surge para combater o machismo, e para lutarem pelos direitos das mulheres. Existem movimentos feministas burgueses que fazem reivindicações para conquistarem

espaços na sociedade sem alterar o sistema capitalista. E movimentos feministas que historicamente fizeram e fazem a luta articulados com outros movimentos da classe trabalhadora que lutam contra o capitalismo e por uma sociedade sem classes.

Gebara define o movimento feminista como uma organização que não apenas identificou as diferenças entre homens e mulheres, porque isso muitos e muitos filósofos e estudiosos fizeram. O movimento feminista passa a dar visibilidade às mulheres no processo de luta contra as opressões e dominação cultural, e pelos direitos historicamente negados. Movimento feminista significa um movimento social e político, uma postura em relação aos direitos das mulheres, como o direito ao fato, ao estudo universitário, direito a um salário e aposentadoria igual ao dos homens, direito a terra, direito a creches para as crianças enquanto a mãe operária vai trabalhar.

O ano de 1975 no Brasil é frequentemente citado como aquele em que os grupos feministas reapareceram nos principais centros urbanos. Naquele ano, quando muitas vozes dissidentes eram sistematicamente silenciadas pelos militares brasileiros, a proclamação da Década da Mulher pelas Nações Unidas ajudou a legitimar demandas incipientes de igualdade entre homens e mulheres. Assim, mulheres souberam aproveitar a brecha e organizaram encontros, seminários, conferências, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A partir daí, comemorações públicas do Dia Internacional da Mulher passaram a ocorrer em vários estados, várias organizações feministas tomaram forma e vários jornais feministas apareceram. Os primeiros grupos feministas criados na década de 1970 nasceram com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e pela abertura democrática (SOARES, 1994 p.33).

Vera Soares (1994) foi integrante da comissão de mulheres do Partido dos Trabalhadores de 1982 a 1994, posicionando dizendo que com a abertura política no final da década de 80 e início de 90 novos partidos e movimentos sociais foram criados e neles estiveram presentes as mulheres, que contribuíam na construção de suas plataformas. A questão da democracia, presente na constituição dos movimentos sociais, agora se coloca na relação desses com o Estado a incorporação das suas reivindicações. As políticas públicas passam a fazer parte da agenda desses movimentos, os movimentos feministas em específico passam a ter uma relação muito próxima com o Estado, causando assim divergências internamente e entre os movimentos de mulheres.

Cecília Toledo, membro da secretaria nacional de mulheres do PSTU, relata no seu texto chamado, **O Gênero nos Une a Classe nos Separa**, publicado na revista *Marxismo Vivo*, que depois das grandes mobilizações feministas dos anos 60

e 70, as mulheres voltaram para casa, e as discussões feministas transferiram-se das ruas para as salas de aula das universidades. Surgiram os chamados estudos da mulher e posteriormente estudos de gênero, principalmente nos países imperialistas, e as lutas pela liberação da mulher perderam o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade.

As organizações feministas enfraquecem, e perdem significativamente a sua centralidade, conforme o pensamento das duas militantes feministas e de partidos. No entanto, movimentos de mulheres vão surgir em todo o Brasil, assim como as mulheres dos movimentos mistos que passam a se organizarem.

Os movimentos mistos são movimentos sociais compostos por homens e mulheres, como o MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que fazem a luta pela terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MAB- movimento dos Atingidos pelas Barragens, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados entre outros tem em seu interior mulheres militantes que se organizam para fazerem a luta específica, que na maioria das vezes o conjunto do movimento não da conta, ou não ver como importantes. Com a influência do feminismo e do debate de gênero nos últimos anos os movimentos sociais incorporaram com mais ênfase a discussão sobre os direitos igualitários das mulheres.

1.2 COOPERATIVISMO E RELAÇÃO DE GÊNERO

Quando falamos em cooperativa temos que considerar essa temática dentro de um processo histórico e com diversas perspectivas. Cooperativa vem de cooperação, no dicionário Aurélio (2012) Cooperação significa: trabalhar em conjunto, atuar no mesmo sentido e para o mesmo fim, colaborar, ajudar, auxiliar. Cooperativa significa: empresa organizada e dirigida pelos usuários de seus serviços visando os benefícios destes e não o lucro; sociedade comercial formada por membros por determinado grupamento social ou econômico cuja finalidade é o, benefício de todos eles, ou pela redução de preços dos objetos de consumo, ou pela facilitação de empréstimos etc.

Segundo Lessa (2012), as formas cooperativas de trabalho fazem parte da essência da humanidade ainda no período primitivo, onde o trabalho

necessariamente tinha que ser coletivo, já que havia uma escassez de alimentos, a principal fonte de alimento era a caça e essa era perigosa não podendo ser feita individualmente. Em tal situação, a disputa com os outros animais pelos alimentos, abrigos, água, etc. fazia com que a cooperação fosse à condição indispensável para a sobrevivência de todos e de cada um. A vida ou era comunitária ou não seria possível. Não havia outra forma de sobreviver. Sozinho, ou lutando todos contra todos, como ocorre hoje, assim à sobrevivência seria impossível.

Tal como não foi uma escolha moral dos indivíduos que fez com que a sociedade primitiva fosse marcada pela cooperação, também não foi qualquer escolha pessoal ou moral que levou a humanidade para os modos de produção fundados na exploração do homem pelo homem. Da mesma forma como o trabalho de coleta fundou o modo de produção primitivo, também será um novo modo de intercâmbio material com a natureza, o trabalho alienado (o trabalho explorado), que fundará a sociedade de classes. Por isso a gênese do trabalho explorado é, também, a gênese das classes sociais (LESSA, 2012, p.21).

Para Marx (1985; p.374) “chama-se de cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou processos de produção diferentes, mas conexos”.

O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças individuais de cada cavalariano ou de cada infante. Do mesmo modo, a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando é mister levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força, coletiva (MARX, 1985, p.374).

A cooperação como mencionada pelos autores acima, foi uma das formas também dos capitalistas se apropriarem da força de trabalho coletiva para adquirir maiores lucros, enquanto as forças produtivas não estavam totalmente desenvolvidas. Grande parte dessa força de trabalho nessa forma de cooperação subordinada pelo capitalismo para o seu pleno desenvolvimento era também mão de obra feminina.

O processo de industrialização tornou explícitas as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. Marx (1988), ao tratar sobre “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”, demonstra, no momento de consolidação da revolução industrial, processo em que se desenvolvia a produtividade social do trabalho e, ao

mesmo tempo a ampliação de massas numerosas de seres humanos relegados à fome e à miséria.

Nesse processo surge um contingente grande de trabalhadores que aos seres separados dos meios de produção, via-se banido do acesso às condições socialmente necessárias ao provimento de sua existência sob a égide do capital. Em resposta às precárias condições de vida às quais se encontravam relegados no período da Grande Indústria – intensificada pela não garantia de direitos trabalhistas e pela proibição de qualquer forma de organização coletiva –, grupos de trabalhadores, na primeira metade do século XIX, passaram a se organizar em cooperativas. Sendo assim, o cooperativismo foi uma estratégia de enfrentamento dos trabalhadores às condições de pauperismo e exploração impostas pela dinâmica do capital (MARX, *idem*).

O movimento cooperativista se iniciou na Inglaterra, em 1844, em meio à Revolução Industrial, com o objetivo de unir forças dos trabalhadores, visando obter maiores e melhores resultados do trabalho de forma organizada. Com rápida expansão, o cooperativismo se espalhou pela Europa e pelo mundo e, em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com aproximadamente 550 mil associados. (BRASIL, 2009, p. 43)

A formação das cooperativas pelos trabalhadores como forma de tentar sobreviver no capitalismo se deu de várias formas no mundo inteiro. Foram criadas no Brasil, as cooperativas de produção, de consumo e as de créditos. Muitas dessas cooperativas incorporam com o passar do tempo princípios capitalistas e outras tentaram manter-se dentro dos princípios cooperativistas de origem.

Wellen (2012) realiza um debate através de sua tese sobre a economia solidária e sua relação com o cooperativismo. O autor mostra a existência de órgãos como OCB – Organizações das Cooperativas Brasileiras, como uma entidade que não representa os interesses dos trabalhadores, ao contrário, ela se articula com organizações e empresas capitalistas que pregam a neutralidade política das cooperativas associadas.

O cooperativismo é a solução do futuro, é para nós um sistema síntese. Possibilita a capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo [...] são sociedade sem fins lucrativos, lucram, não só os que elas operam [...] há acumulação por parte do associado, mas não da entidade e como cada pessoa tem voto independente do capital, o homem cooperativado exerce sua soberania política (Wellen, 2012 p.145).

Para o autor acima mencionado o que a OCB propõe através da revista, é impossível, pois estamos falando de projetos duas antagônicas: capitalismo x

socialismo, com modo de produção distinto, e não existe neutralidade no processo de luta de classes.

O que se propõe através da OCB são reformas dentro do capitalismo, como se dentro desse sistema de exploração fosse possível vivermos em plena harmonia. As cooperativas por si só não fazem transformações contundentes diante da classe opressora, ao contrário, nessa perspectiva essas formas de cooperativas escondem as verdadeiras contradições existente na sociedade capitalista.

As mulheres podem até estarem inseridas nos trabalhos das cooperativas, mas na divisão social do trabalho, suas tarefas são as historicamente consideradas femininas. Outro fator importante ligado às cooperativas capitalistas é o fato dela possibilitar a negação de direitos trabalhistas historicamente conquistados. Isso está ligado ao processo de flexibilização e terceirização do trabalho.

Um exemplo desse processo são as cooperativas têxteis, que as mulheres desenvolvem parte do processo produtivo, trabalham em suas próprias casas, fazendo o trabalho de acabamento das roupas, principalmente das calças jeans. Outro trabalho desenvolvido pelas mulheres nessas cooperativas é o branqueamento das peças, trabalho difícil e perigoso de ser feito.

As organizações de cunho conservador que agregam a maioria das cooperativas no mundo como ACI – Aliança Cooperativa Internacional, propagandeia uma série de ações voltadas para a “emancipação” e “empoderamento” das mulheres dentro das cooperativas.

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), para representar mundialmente o cooperativismo, divulgar sua doutrina e preservar seus valores e princípios. A sede fica em Genebra (Suíça) e congrega mais de 222 organizações-membros em cem países, representando mais de 800 milhões de pessoas. Em 1946, a Aliança conquistou assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU), sendo umas das primeiras organizações não governamentais a ter cadeira no organismo. O Brasil é filiado à ACI desde 1989 (BRASIL, 2009, p.43).

Em 1995, a ACI criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. Dentre as bandeiras de reivindicação levantadas pela ACI para atender as mulheres dentro das cooperativas inclui: equidade de gênero, desenvolvimento econômico e social, eliminação da pobreza entre outros.

No entanto, em nenhum momento se vê nas publicações dessas organizações, propostas de ações de transformação do modo de produção capitalista, esse, que é à base da exploração do trabalho de homens e mulheres.

Não tem como fazer “empoderamento” ou “equidade” das mulheres dentro do modelo explorador, patriarcal e opressor que é a sociedade capitalista.

O governo também tem criado “políticas públicas” ligado ao que eles chamam de políticas para promover a equidade de gênero. Foi criado nessa perspectiva, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia – AEGRE, em 2003 (Brasil, 2009). A questão é que esses programas governamentais não contribuem necessariamente para a promoção da participação das mulheres nas cooperativas, tão menos conseguem inseri-las nos processos de organização e comercialização da produção nas áreas de assentamentos.

1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E COOPERATIVISMO

Quando falamos em cooperação no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) podemos iniciar mencionando os acampamentos como uma boa representação dessa forma de organização (pessoas que juntam em torno de um objetivo comum, que no caso é a conquista da terra e constroem um amplo movimento). O MST nacional completou 30 anos de existência, já são 3 décadas desde o primeiro Encontro Nacional em 1984 em de 21 á 24 de janeiro Cascavel - PR com 80 representantes, de 13 Estados (STEDILE, FERNANDES, 1996).

Quando falamos dessas famílias de lugares distintos que participaram do trabalho de base³, indo posteriormente para a ocupação de terra formando o acampamento, na grande maioria sem nunca terem visto uns aos outros começa um processo involuntário de cooperação. Essa forma de organizar o acampamento com as construções coletivas das barracas de lonas, com a formação das equipes de trabalho (saúde, educação, limpeza, infraestrutura etc.) e coordenação política aproxima as pessoas que tem como origem a mesma carga de exploração e expropriação pelo capital. A cooperação é base das relações e organização nos acampamentos do MST.

A vida nos acampamentos traduz, possivelmente, uma das mais importantes etapas da vivência da cooperação no MST. É no acampamento que, diante das precárias condições econômicas, as famílias desenvolvem o hábito de se solidarizarem, trabalharem em forma de mutirão, etc. A condição de insegurança, as

³ Trabalho desenvolvido pela militância do setor de Frente de Massas, para fazer formação com as famílias que querem ir para um acampamento.

constantes ameaças e a necessidade de se protegerem mutuamente também levam a proximidade, ao acolhimento do outro como elemento fundamental nesse processo de resistência.

Acostumamos dizer que quando as pessoas (mulheres, homens, crianças, jovens e idosos) chegam ao acampamento ela já perdeu tudo que tinham inclusive a dignidade humana. Essa situação muda com a implantação do assentamento, onde as famílias começam implantar projetos de produção, construções de casas, igrejas, escolas, posto de saúde etc. Para todo esse processo os trabalhos executados são de forma coletiva entre as famílias, através de mutirões, troca de diária etc.

Segundo, Stedile e Fernandes (1999), com o surgimento dos primeiros assentamentos, foi criada uma linha de crédito chamada PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, para os assentados subsidiada pelo governo, que só foi possível por conta da luta feita pelos trabalhadores Sem Terra. Esse crédito possibilita os assentados terem condições econômicas pra produzir na terra. Mas não adiantava somente produzir sem saber ao certo para quem vender, ou vender para atravessadores que pagariam um preço irrisório pela produção, é nesse contexto o MST começa a pensar as formas mais apropriadas de organização e comercialização da produção.

Foi nos debates desenvolvidos entre 1989 e 1990 e com visitas realizadas a outras experiências cooperativadas em diversos países⁴, que o MST entendeu que os limites econômicos dos assentamentos não se solucionariam só com o acesso a um volume mais expressivo de crédito. É com este entendimento que se desenvolve o seminário sobre as Experiências da Cooperação Agrícola, em julho de 1990, definindo-se pela criação de um sistema de cooperação articulado por cooperativas, denominado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). (CARTILHA SETOR DE PRODUÇÃO, 2008).

Neste seminário o setor de produção do MST define um plano de implantação do SCA em 06 estados criando as seguintes orientações:

Ter um sistema articulado em 03 níveis: de base, ao nível dos assentamentos, através das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), plenamente coletivas que também teria como tarefa ajudar o planejamento da produção dos assentados individuais; no nível intermediário teria a Cooperativa

⁴ Muitos militantes nesse período foram para Cuba conhecer as cooperativas lá organizadas.

Central dos Assentados da Reforma Agrária (CCAs), buscando envolver todas as formas de cooperação, tendo também uma função econômica, de coordenação de negócios a nível estadual; no plano superior tínhamos a CONCRAB (Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

Assim, com base na necessidade de organizar os espaços conquistados, bem como garantir qualidade de vida aos assentados, historicamente, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), (cooperativas de Prestação de serviços (CPSs), as cooperativas de crédito fizeram e fazem parte da história da luta pela reforma agrária). Através destes valiosos instrumentos, foi possível avançar na organização dos assentamentos, na agregação de valor humano, já que muitas experiências foram acompanhadas de uma nova lógica de assentar as famílias, de forma coletiva, semicoletiva, etc. (CARTILHA SETOR DE PRODUÇÃO, 2008)

É bom ressaltar que as experiências de cooperativas nesse período não se deram de forma homogênea em todos os Estados aos quais o MST estava organizado. Em alguns Estados não tinham as condições objetivas para se implantar as cooperativas, mas já existiam as associações de produção conforme a realidade dos assentamentos.

Em outros Estados foram organizadas as cooperativas, mas no decorrer dos anos essas experiências não tiveram êxito em alguns Estados, como por exemplo, no caso do Estado do Espírito Santo, que em 1990, foram criadas três CPAs- Cooperativas de Produção Agropecuária, sendo uma delas no Assentamento Vale da Vitória, no município de São Mateus, a COOPRAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária Vale da Vitória, que teve muitos problemas e com o tempo foi desativada.

No caso desta experiência que não deu certo, existem muitas versões das pessoas que participaram do processo de construção, e lideranças da época. Mas a avaliação mais próxima da realidade é que no período houve uma crise geral do sistema cooperativista no Brasil e que conseqüentemente, afetou o sistema cooperativista dos assentamentos.

Além disso, as cooperativas tiveram muitos problemas econômicos, relacionados à falta de capital de giro, para movimentar sua própria vida econômica e para completar, especificamente no caso da COOPRAVA e outras do ES, dificuldade de ter quadros técnicos preparados, sobretudo, na área de gestão, para conduzir o processo administrativo da empresa cooperativa.

Neste período, também houve a coincidência da criação da UDR – União Democrática Ruralista, uma organização dos fazendeiros contrária à Reforma agrária, que intensificou um processo de repressão, ataques e perseguição ao MST. Tais conflitos enfraqueceram a organização do movimento, que teve que transferir lideranças para outros Estados e alguns dirigentes deixou a luta por medo de ser morto. Também, nas cooperativas muitos erros e equívocos foram cometidos e levaram à falência econômica e por consequência à perda de credibilidade por parte dos cooperados, no caso os assentados

No entanto, nos Estados da região Sul e centro oeste do país as experiências de cooperativas foram produtivas e permanecem até hoje. As principais cooperativas de produção do MST estão nessas regiões com forte produção de leite, arroz, feijão entre outros. Pois na região Sul do País, berço do MST, as famílias com outro nível cultural, onde o MST tinha um nível maior de organização, se conseguiu avançar mais e ter quadros com capacidade de dirigir melhor a parte administrativa das cooperativas. Também, o próprio nível de produção e com maquinários que possibilitavam ter produção em larga escala, conseqüentemente, proporcionava um desenvolvimento econômico mais rápido, o que facilitaria a vida dos cooperados e das próprias cooperativas.

Stedile e Fernandes (1999) explica que é preciso levar em conta as condições objetivas e subjetivas de cada lugar onde se pretende desenvolver uma cooperativa. Como por exemplo, o tipo de produto que é possível produzir no assentamento na região. Assim como o nível de acumulação do capital existente nesse assentamento. A demanda tem que partir da vontade dos assentados e assentadas e não uma proposta enrijecida e imposta dentro de uma área de assentamento.

Contudo o MST ao longo de sua existência vem tentando potencializar a organização da produção dos assentados e muitas novas associações e cooperativas estão sendo organizadas, numa nova perspectiva, objetivando melhorar cada vez mais a vida econômica das famílias e na perspectiva de provar para a sociedade que a luta pela terra vale a pena e que a Reforma Agrária é essencial para mudanças da estrutura fundiária no campo Brasileiro.

Em todo esse contexto algumas preocupações são levantadas em torno desse processo. Como vimos no item anterior às instituições organizativas que aglomeram as cooperativas no Brasil e no mundo são de cunho conservador e que atendem os interesses das classes dominantes como a OCB e ACI. Os princípios

cooperativistas regidos por essas organizações são os mesmos regidos pelas cooperativas dos assentados?

As opiniões se dividem no que diz respeito à perspectiva socialista das cooperativas. Até que ponto a formação e o fortalecimento do cooperativismo tem se apresentado como alternativa à superação do sistema capitalista? Esta forma de organização dos trabalhadores na busca por melhorias econômicas tem demonstrado apenas uma forma de resistir ao modelo predominante ou pior, há uma integração ao sistema vigente? Uma possível harmonia, dentro do capitalismo?

Wellen (2012) faz algumas perguntas em torno do que seriam as organizações econômicas (cooperativas) organizadas no interior do MST. Se estas teriam como interesse integrar os trabalhadores ao mercado, vendendo suas produções, tentando o melhor preço na disputa com o capitalismo? Ou as cooperativas são apenas um meio para atingir o terceiro objetivo do MST que é a transformação social?

(...) “as razões principais da luta dos trabalhadores sem terra se destinam à criação de cooperativas ou essas organizações representam ferramentas econômicas instrumentalizadas para os embates pela socialização de terras no Brasil?” (Wellen, 2012, p.202).

Já em 1917, Rosa Luxemburgo realizava uma das mais interessantes reflexões sobre a Reforma ou Revolução, importante obra que traduz suas inquietações sobre o caráter reformista e anti-revolucionário adotado pelo SPD (Partido Social democrata Alemão). O tema das cooperativas já se fazia presente

Nesta obra, Rosa trava uma dura batalha de ideias com Bernstein, membro do SPD, profundo defensor das reformas e das mudanças graduais da sociedade. Contrário à organização da revolução socialista, Bernstein apostava na multiplicação das cooperativas de produção associadas às cooperativas de consumo, ampliação do poder parlamentar e sindical como alternativas ao capitalismo.

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia, capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. (LUXEMBURGO, 1999, p.81).

Aqui, percebe-se claramente uma lúcida preocupação de Rosa, no que diz respeito à superação do capitalismo apenas por instrumentos que, em sua opinião, não seriam suficientes para derrubar o sistema hegemônico. As cooperativas seriam seres “híbridos”, ou seja, divididos entre uma proposta socialista e um sistema capitalista.

A uma grande diferença entre as cooperativas do MST e as cooperativas capitalistas filiadas a OCB, o MST tem as cooperativas como um meio para contribuir no processo de produção e comercialização das famílias, mas o horizonte maior é a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade sem classes. Mais de fato é preocupante quando se detém instrumentos que historicamente foram e são também utilizados pela burguesia.

Há que reconhecer então, que as cooperativas tanto podem servir para fortalecer politicamente o capitalismo, como também podem servir como instrumento de luta contra o capitalismo. Mas, as cooperativas não são um partido para ter que definir estratégias revolucionária, nem tampouco uma irmandade que não pode manifestar-se politicamente como prega um dos princípios cooperativista. (CARTILHA SETOR DE PRODUÇÃO, 2008, p.61).

A diferença das cooperativas tradicionais e as cooperativas do MST, é que as tradicionais são nada mais do que empresa capitalistas que visam somente o lucro, onde a grande massa de associados não conhece sequer a sede da cooperativa ou a diretoria, principalmente não sabem para onde vão os lucros da cooperativa. (caderno de cooperação Agrícola, 1998).

Ainda, de acordo com a cartilha acima mencionada, as cooperativas do MST têm uma organização da base social, essa base tem que estar ligada a núcleos de família nos assentamento, a relação não é dado diretamente com indivíduos isolados. Existe uma democracia interna e nas instâncias de poder que é o princípio democrático das cooperativas do movimento. A grande diferença é quanto aos objetivos econômicos, políticos e sociais.

No que tange a questão econômica refere-se à distribuição das sobras, essa tem que ser de forma proporcional, de acordo com a participação de cada associado nas operações das cooperativas. No político, os associados não compartilham da ideia de que as cooperativas vão resolver todos os problemas econômicos e sociais da classe trabalhadora. Ela deve constituir em mais uma ferramenta de luta e de resistência na terra. O que vai mudar será quando os trabalhadores através da luta organizada derrubar os moldes da sociedade capitalista. (idem)

A preocupação de Luxemburgo é por demasiadamente relevante na atualidade, pois fazer uma disputa de projetos ideológicos dentro do sistema capitalista corre-se um risco muito grande de desviarem do caminho. O fato das cooperativas e associações de assentamentos estarem cada vez mais envolvidos com grandes projetos econômicos financiados pelo governo através de grandes

bancos pode possibilitar um atrelamento a essas instituições, mudando o caminho da centralidade inicial que é a transformação social.

1.4 RELAÇÃO DE GÊNERO E O MST

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) é um movimento composto por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, pois os acampamentos são formados por toda a família. O MST tem como princípios a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.

Desde sua criação que as mulheres têm participado de forma permanente nos diversos espaços do movimento nesse processo da luta pela terra. O MST é considerado um dos Movimentos que mais mobilizam Mulheres para a luta no Brasil. É uma organização que se propõe a reunir famílias para reivindicar o direito à terra, por isso as mulheres estão presentes desde os primeiros dias nos acampamentos.

Com a consolidação do MST desde 1984 a militância se esforça para dar conta do conjunto de tarefas que esse movimento disponibiliza. O movimento Sem Terra tem sua forma de organização interna por setores, como: saúde, educação, juventude e cultura, finanças, frente de massas, produção, comunicação, gênero entre outros.

A direção política do MST se dá em 04 níveis: **a)** núcleos de base, nos assentamentos e acampamentos; **b)** direção regional, que abrange um conjunto de assentamentos e acampamentos em uma determinada região; **c)** direção estadual; **d)** direção nacional. Existem outros espaços deliberativos como a coordenação nacional, encontro nacional, e por fim o congresso nacional que acontece a cada 05 anos.

A participação das mulheres no conjunto do movimento sempre foi limitada a espaços historicamente considerados femininos, ligados ao cuidado ao ensino e a ambientes internos, como os acampamento e assentamento. Aos homens, as tarefas desenvolvidas foram as que são consideradas masculinas, que exige a elaboração teórica, a atividade externa e que lida com o público exigindo falar em assembleias e reuniões. Também atividades que possibilita a administração financeira, projetos, etc.

No MST, assim como em outros movimentos sociais, sindicais e organizações de esquerda do Brasil, se construiu uma compreensão de que as lutas contra o machismo e o racismo deveriam ser colocadas em segundo plano, dever ia-se priorizar a luta de classes, porque depois com o

socialismo, automaticamente, todas as discriminações desapareceriam (VICENTE e CAMPOS, 2005, p.1).

No entanto, a experiência de países que conquistaram socialismo, mas não superaram as desigualdades de gênero, bem como as injustiças vivenciadas cotidianamente por mulheres por pessoas negras e homossexuais mesmo dentro das organizações que lutam pelo socialismo, nos ensinaram que a construção do novo homem e da nova mulher precisa acontecer junto com o processo de luta de classe.

O MST é um movimento composto em sua maioria por camponês, trabalhadores rurais, assalariados dos canaviais onde a carga machista sempre foi muito forte. Mesmo as mulheres fazendo parte diretamente do processo de luta pela terra, no enfrentamento aos latifúndios, nas barreiras formadas para não deixar a polícia entrar nos acampamento, nas marchas, ainda assim essas mulheres eram minoria nos espaços de direção e tomadas de decisões.

As poucas mulheres que tinham nesses espaços tinham que se masculinizar, usando somente calça cumprida, cabelos curtos, e não usavam maquiagem. Essa era a condição para terem suas ideias respeitadas. Isso era ainda mais forte na direção estadual, nacional e nos setores de frente de massas, produção e finanças.

Com as dificuldades encontradas pelas mulheres militantes e dirigentes do MST de participar integralmente do conjunto da organização de forma igualitária que possibilitasse o crescimento político e ideológico dessas mulheres, que em 2000 foi criado o setor de gênero do MST, no Encontro Nacional que aconteceu em Vitória (ES).

Vicente e Campos (2005) relatam que o setor de Gênero do MST é fruto de uma longa trajetória de luta das mulheres Sem Terra por maior participação no MST, com objetivo de conquistarem maiores oportunidades de serem dirigentes e militantes reconhecidos no Movimento Sem Terra. Após muito tempo tentando conquistar espaço no MST por meio da organização das mulheres, as lideranças femininas sem terra começaram a debater esses problemas a partir do conceito de gênero, em meados dos anos de 1990.

Ainda hoje, é visível que as mulheres têm menos oportunidade de atuar nas instâncias, e quando isso acontece tem menos acesso a informações estratégicas, a estruturas, recursos. Também é fácil perceber que as mulheres têm menos oportunidade de participar de atividades de estudo, desde os cursos básicos, até os profissionalizantes e ou de formação política, e as poucas que conseguem ir tem

dificuldade de se manter porque as condições são complicadas. Muitas mulheres militantes são mães e precisam conciliar as atividades de estudo e com a maternidade com as dores e prazeres da maternidade.

Sem contar que, para as militantes que são casadas é preciso travar uma luta na família, com o companheiro, para conseguir participar de cursos mais prolongados. Ainda é muito presente a chamada dupla moral, que garante aos homens o direito de ser livre mesmo depois do casamento e a mulher tem que ser sempre “protegida” pelo pai, irmão, ou marido, por isso não fica “bem” uma mulher decente ficar viajando sozinha.

O resultado da participação limitada das mulheres na luta pela terra e no conjunto das atividades do MST aparece nos assentamentos, às áreas conquistadas pelas famílias sem terra. Em muitos assentamentos as mulheres não participam das discussões muitas sequer sabem como e onde os recursos financeiros são investidos, não influenciam na organização espacial para decidir onde deve ser a área de moradia e de produção. Em muitas dessas áreas as mulheres tem participação ativa no trabalho agrícola, mas pouco poder político e econômico. Na maioria das áreas a equipe técnica e dirigente são homens por isso quando fazem reuniões para tomar decisões pouco se importam se as mulheres estão presentes ou não.

A luta das mulheres no MST proporcionou conquistas importantes no decorrer desses anos no interior dos assentamentos, acampamentos e mesmo dentro das instancias do movimento. Do ponto de vista das políticas públicas para as mulheres Sem Terra, conquistamos a titulação conjunta da terra que antes era só em nome dos homens e as mulheres entravam como dependente. Em caso de separação na maioria dos casos as mulheres tinham que sair do lote, não só por não constar seu nome na titulação da terra, mas por ter um pensamento das pessoas no interior do assentamento de que as mulheres não são capazes de tocar o lote.

Sempre houve uma luta das mulheres por uma linha de crédito específica, sem burocracia e que não fosse necessário o aval dos maridos para que as mulheres pudessem acessar, e desenvolver projetos de produção que fossem de fato um interesse individual delas, junto a isso uma assistência técnica que atendesse as mulheres.

As mulheres trabalhadoras rurais e Sem Terra eram desprovidas de documentação, hoje ainda existe esse problema, mas em uma porcentagem bem

menor de 10 anos atrás. Essas mulheres tinha dificuldade de acessar os benefícios da previdência como auxílio maternidade, auxílio doenças e aposentadoria. Além de não possuírem o bloco de produtor em seu nome, e serem ainda mais dependentes do marido.

Os governos usaram algumas dessas demandas que foram historicamente bandeiras de lutas das mulheres, representadas principalmente nas mobilizações do 08 de março⁵, tornando-as em políticas públicas, porém, de forma equivocada e que não atende de fato as necessidades reais das mulheres Sem Terra.

Em relação aos avanços internamente no interior do MST, apesar de todas essas dificuldades para as mulheres sem terra participarem, o movimento Sem Terra caminha no sentido de buscar uma maior igualdade de gênero, para que tenhamos um Movimento de fato conduzido por homens e mulheres, como mostra nossa bandeira. Entre as essas conquistas podemos destacar:

É norma do MST que cada núcleo de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora;

Em vários cursos de formação há um esforço de se garantir a participação de 50% de mulheres;

Muitas companheiras se desafiando a coordenar setores nacionais e estaduais, evidentemente que a presença delas é maior em setores como educação, saúde, gênero, mas elas também já estão na produção, na formação, nos direitos humanos, nas finanças, na frente de massas.

A direção nacional do MST a partir de 2006 passa a ser composta por uma mulher e um homem de cada estado. Em alguns estados a direção estadual também já é formada por uma companheira e um companheiro de cada região.

As cirandas infantis foram construídas no propósito de possibilitar a participação das militantes e dirigentes nas diversas tarefas, sejam elas locais, regionais, estaduais ou nacionais.

Contudo, pode-se afirmar que o setor de gênero foi primordial para que essas conquistas acontecessem. Para (Gênero, 2005) esse setor tem a tarefa de provocar o debate de gênero, feminismo e a participação igualitária das mulheres no interior do movimento.

O setor também tem a tarefa de cobrar ações do movimento que possibilite o avanço da igualdade nas relações entre homens e mulheres em seu

⁵ Dia Internacional das mulheres.

interior. “Naturalmente é um setor que incomoda porque questiona coisas, que eram consideradas naturais, mexem com ideias, concepções e comportamentos, e mostra a necessidade de uma nova consciência e uma nova prática” (MST, 2005, p.27).

Um instrumento importante que o setor de gênero criou para cobrar do conjunto do MST condições para ampliar a participação das mulheres são as linhas políticas de gênero que foram aprovadas pela coordenação nacional do Movimento em 1999. Uma dessas linhas políticas são:

A) garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher. Pois sabemos que historicamente as *“mulheres não tinham direito a terra, em caso de herança, por exemplo, as mulheres recebiam apenas uma maquina de costura e uma vaca leiteira para viver com a família do marido”*. (NOBRE, FARIA, SILVEIRA, 2005, pg.42). No caso dos assentamentos as mulheres sempre tinham que abandonar a terra em caso de separação, pois os homens se consideravam donos absolutos da terra.

B) Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. Essa ainda não se efetivou na realidade, pois observa que as mulheres não tem autonomia nas decisões ligada aos créditos e a produção. Mesmo que as mulheres acessem alguns créditos do PRONAF MULHER, por exemplo, quem decide o que plantar e como plantar, são os homens.

C. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres. essa definição se efetivou na prática, no entanto, no inicio os homens dirigentes não aceitavam, por achar que o espaço de direção teria que ser ocupado por quem de fato tem competência e não por cota.

D) Garantir que em todos os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância. Essa definição ajudou muito elevar a participação das mulheres nos diversos âmbitos do Movimento Sem Terra, começando pelos acampamentos, onde os coordenadores na maioria eram homens.

E) Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família. Hoje existe sim ciranda infantil em muitas atividades do MST, principalmente nas

atividades estaduais e nacionais. Nas atividades de base nos assentamentos e acampamentos ou mesmo em reuniões de direção estadual ou regional existem dificuldades de garantir a ciranda infantil, impossibilitando em muito a participação das dirigentes nas atividades. Digo as dirigentes porque os homens dirigentes não levam seus filhos para as atividades, pois as suas mulheres ficam em casa tomando contas das crianças.

F) Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional. Essa é uma tarefa difícil de concretizar, pois nem todos os setores e espaços de decisões como direção estadual ou nacional estão dispostos a esse debate na prática. Existe um discurso em torno da importância da igualdade de gênero, mas nem sempre efetivado.

G) Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos. Como mencionamos anteriormente os setores mais difíceis de estarem às mulheres é o setor de Frente de Massas e Produção. Esses são os que historicamente as mulheres tiveram mais dificuldade de participarem e persistem até hoje. Lógico que houve alguns avanços mais ainda prevalece o sexo masculino nesses setores.

H) Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários. Varias cooperativa principalmente no sul do país existem refeitórios coletivos, creches, mas, se formos analisar quem desenvolve o trabalho nesses espaços continuam sendo somente as mulheres.

I) Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica. Com todo esse debate permanente nos espaços do movimento algumas coisas avançaram, e nas cooperativas e associações somente inseriu mais mulheres em seus espaços de decisões e poder por conta da luta permanente das mulheres. A maioria das mulheres ainda está ocupando o posto de cozinha, creches, etc.

J) Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo. Esse é o item

que as mulheres do MST e de toda a VIA CAMPESINA abraçaram e tem lançado campanha permanente contra a violência contra as mulheres. Nos acampamentos e assentamentos não é raro ouvir falar de mulheres que são violentadas pelos seus maridos. Mais, com a permanente formação realizada pelo setor de gênero nas áreas e com o incentivo a denúncia, diminuiu essas formas de violência, principalmente nos acampamento, já que existe o princípio da não tolerância quando o assunto é violência.

Dentro do MST a luta de gênero tem possibilitado ampliar a participação feminina na luta de classes, mulheres e homens vão aprendendo que juntos na luta contra o capitalismo temos que lutar também contra o machismo, racismo, a homofobia, e toda forma de discriminação e opressão, pois está claro que se não rompermos essas cercas não será possível construir uma sociedade realmente socialista.

CAPÍTULO 2

“Sempre que penso nas mulheres, me vem à imagem de um rio enorme e caudaloso que temos que atravessar. Umhas apenas molham os pés e desistem, outras nadam até a metade e voltam, temendo que lhe faltem as forças. Mas há aquelas que resolvem alcançar a outra margem custe o que custar. Da travessia, vão largando pedaços de carne, pedaços delas mesmas. E pode parecer aos outros que do lado de lá vai chegar um trapo humano, uma mulher estraçalhada. Mas o que ficou pelo caminho é tão somente a pele velha. Na outra margem chega uma nova mulher...” Zuleica Alambert.

2 A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO NOS ASSENTAMENTOS DO MST

O trabalho dos seres humanos, como mencionado no capítulo anterior é que proporcionou o desenvolvimento das forças produtivas e com o isso o desenvolvimento da sociedade. O trabalho é a base essencial da vida social. A humanidade não poderia existir sem o trabalho. Os homens e mulheres transformam as coisas na natureza para atender suas necessidades e melhorar sua vida. (MARX, 1890)

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 1890, p.202)

Para produzir os bens materiais os homens e mulheres estabelecem relações entre si. Vimos que há homens e mulheres que se ajudam uns aos outros no trabalho, há homens e mulheres que vendem produtos e outros que os compram; há patrões e trabalhadores, uns ficam ricos a custa do trabalho de outros, estes são obrigados a venderem a sua força de trabalho para poderem viver miseravelmente.

Homens e mulheres não conseguem viver de forma isolada, uns precisam dos outros. Na produção, os homens e mulheres estão ligados entre si. O trabalho foi e será sempre social, quer dizer feito dentro da sociedade. (MARX, 1985)

Na sociedade capitalista os meios de produção (terra, fabricas, máquinas, bancos etc.) são propriedade privada e não pertence a toda a sociedade. É domínio de um grupo social minoritário que exploram o trabalho da grande maioria. O

trabalho que até então era usado para extrair da natureza o necessário para atender as necessidades humanas, torna-se sociedade capitalista, uma mercadoria, disponível no mercado de compra e venda.

Segundo Marx (1985) o trabalho na sociedade capitalista passa a ser alienado, onde os trabalhadores ao venderem sua força de trabalho não se reconhecem no produto que é resultado do mesmo, pois esse produto não lhe pertence, o dono dele é o capitalista que pagou certa quantia por certo tempo de trabalho. Com isso, o trabalho passa a ser um sacrifício para o trabalhador.

Sei que estou sendo bastante panfletaria ao discorrer sobre uma categoria marxista tão complexa que é o trabalho. No entanto, esse caminho é para chegarmos ao que realmente quero me debruçar, que é sobre como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que no decorrer desses 30 anos de existência vem tentando ser um contra ponto ao capitalismo e sua forma de apropriação do trabalho para obter Mais Valia, ou seja, mais lucro.

O processo de dominação do território brasileiro não é algo recente. Essa dominação se dá desde os primeiros passos do desembarque das expedições portuguesas e de outras expedições estrangeiras em terras brasileiras no ano de 1500. Aqui era terra de Tupiniquins-guaranis, aqui era terra de pau-brasil, aqui era terra de muitas florestas, aqui era terra de muitas riquezas, aqui era terra de mais de 10 milhões de pessoas, que representavam centenas de nações indígenas. Este território já era habitado e tinha dono. Os verdadeiros donos que viviam da natureza, ou seja, da caça e da pesca e tinha uma forma própria, natural de organização neste espaço, neste território!

Neste período, se dão as primeiras lutas, na defesa do território e na tentativa de tomada deste imenso e rico espaço geográfico. Passando posteriormente por vários processos de lutas, a partir da existência de uma grande população de negros trazidos a força do continente africano, para trabalharem como escravos, na exploração das terras brasileiras, principalmente no cultivo e processamento da cana-de-açúcar. (MST, 2001)

Logicamente, mais tarde com a chegada e expansão da migração e o aumento da população, aumentaram as contradições sociais e conseqüentemente os níveis de exploração do homem pelo homem, assim surgiu vários processos de lutas pela sobrevivência nesta sociedade, novos movimentos, como contestado, canudos ligas camponesas e mais recente já na década de 80 o MST. O movimento

Sem Terra aprende com essas lutas, mas também tira lições dos equívocos cometidos por elas no passado para fazer diferente na luta presente.

A grosso modo, na história do Brasil experimentou –se apenas dois grandes modelos de desenvolvimento econômico. O primeiro vigorou de 1500 até 1930, resumiu-se no chamado modelo agroexportador, em que toda economia funcionava para a produção agrícola que interessava às metrópoles. Nesse período de colonialismo, o Brasil chegou a exportar em 1907, 68% de tudo o que se produzia. E por outro lado, era praticamente proibido se instalarem fábricas de bens de consumo, tudo é importado da Europa e dos Estados Unidos. As poucas fábricas eram de tecidos, sapatos, chapéus, etc., produtos irrelevantes para o nosso desenvolvimento econômico. Esse modelo foi baseado numa super exploração do trabalho agrícola, baseado principalmente no trabalho escravo de negros e índios. E foi apropriada pelas oligarquias rurais e escravocratas, que exportavam o café, o açúcar, o cacau, o couro o minério e o algodão. (MST, 2001, p.10) [...]O segundo modelo de desenvolvimento foi implantado em 1930, com a chamada Revolução de 30, em que as novas elites industriais destronaram as oligarquias rurais do modelo anterior, do país. Durante 50 anos, de 1930 a 1980, esse modelo foi se consolidando. (...) Durante esses cinquenta anos, o Brasil passou por uma profunda transformação. O país se industrializou se urbanizou, passou de 80% da população no meio rural em 1930 para apenas 25% em 1980. (IDEM)

No entanto, outro período foi crucial na política, na economia, na vida dos trabalhadores brasileiros e no processo das lutas no Brasil. Com a eleição do Fernando Henrique Cardoso em 1994, a burguesia passou a construir um novo modelo de desenvolvimento para o país, que seria o terceiro na evolução histórica do Brasil. Um modelo que defende a completa subordinação da economia nacional aos interesses do capital financeiro internacional e a abertura do mercado nacional para as empresas multinacionais, esse modelo é chamado política neoliberal.

A adoção desse modelo representa, na verdade, uma nova aliança do grande capital nacional, com o capital financeiro e com as empresas multinacionais. O governo FHC é forte, não por sua capacidade pessoal, mas porque conseguiu criar um consenso das elites e uma nova aliança dos capitalistas em torno de um novo modelo de desenvolvimento para sair da crise. (MST, 2001, p.13)

O MST surge a partir de uma necessidade dos trabalhadores do campo em adquirir um pedaço de terra para trabalhar. Não havia nenhuma consciência política ou vontade de transformação da sociedade capitalista por parte dos trabalhadores expropriados dos meios de produção e que viam na ocupação de terra uma estratégia de pressionar os governos a resolverem seus problemas imediatos. Lógico que com a conquista da terra e o trabalho de formação da consciência realizada nos acampamentos, nas marchas, nos encontros do movimento a base do movimento sem terra passa a perceber que a conquista da terra por si só não resolve seus problemas, que é preciso também lutar pela transformação da sociedade.

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Desta nascem diversas outras lutas, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é hoje, sem dúvidas, importante organização dos trabalhadores a praticá-los. Essas ações têm mantido na pauta política os debates da necessidade de realização da reforma agrária, bem como de diferentes políticas públicas para o campo. Por meio dessas ações dos trabalhadores podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra; do enfrentamento aos latifundiários e às diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como da educação, saúde etc. (Fernandes, 2001, p.37).

Na construção dos primeiros assentamentos do MST, um dos aspectos mais importantes que as lideranças precisavam debater junto às famílias assentadas era a forma como esse novo território iria se organizar do ponto de vista da produção. Como construir um projeto de assentamento onde sua organização e principalmente a organização da produção fosse diferente dos moldes capitalistas? Da exploração exacerbada da natureza e do meio ambiente? Da exploração incondicional feita pelo capital sobre as/os trabalhadores.

Ao aplicar a nova forma de organização dos assentamentos, nos demos conta que os aspectos relacionados ao Plano de Produção são vitais para garantir os princípios constitutivos desta nova proposta. É a partir do plano que deveremos definir a estratégia econômica das famílias e as formas de cooperação na produção a serem adotadas. (...) a definição do Plano de Produção também influi na forma de parcelar o novo assentamento. Por isto, este plano de produção deverá ser objeto de discussão com as famílias como parte integrante da proposta. Ele deverá ser elaborado conjuntamente com os demais aspectos da proposta (organização da moradia, organização dos núcleos de base, formas de cooperação, titulação etc.). Deveremos ter o cuidado de não reduzir a discussão com as famílias apenas a esta dimensão (plano de produção). Ela é apenas uma parte da proposta. (MST, 2001, p.87)

Para que esse plano de produção nos assentamentos desse certo era preciso que as famílias se articulem coletivamente nesse processo de organização da produção. Sabe-se que na sociedade capitalista as pessoas são incentivadas pelo sistema a serem individualistas, a fazerem tudo sozinhos e a só pensarem em si mesmos. Nos assentamentos o coletivo está em primeiro lugar, isso começa já luta pela terra, onde todos enfrentam o latifúndio com o propósito coletivo que é a conquista terra. Mas como os seres humanos são produtos do meio onde vivem muitas coisas também estão arraigadas nos indivíduos não sendo tão fáceis de mudar.

Um exemplo disso é a forma como os lotes são divididos nos assentamentos. Os lotes ainda são distribuídos por parcelas individuais, onde cada assentado é dono do seu pedaço de terra, fazendo assim a reprodução da propriedade privada. Mesmo tendo as atividades coletivas na produção como os mutirões e outras formas cooperativadas do trabalho, o lote individual ainda é uma realidade que não foi possível de mudar.

O setor de produção do MST tem essa responsabilidade de contribuir nesse processo de discussão que vai desde a forma de como é dividido os lotes até a reivindicação dos créditos, da formação das associações das cooperativas e o que realmente plantar em cada lote.

Segundo o MST (2001) o plano de produção dos assentamentos tem que levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, cada família assentada deve ter no seu lote ou na área coletiva, várias espécies de frutas e verduras que são cultivadas em diferentes épocas do ano, para a manutenção da subsistência familiar. Antes de qualquer coisa a família no assentamento tem que produzir comida e de forma diversificadas e com quantidades suficientes para a família, para a comunidade e para venda no comercio local. *“O importante é criar em cada pessoa o esforço do pensar coletivamente o assentamento e disto adequar o sonho de cada um ao potencial produtivo existente e a real necessidade de planificar as ações econômicas”*. (MST, 2001, pg.87)

Cada assentamento tem uma realidade diferente, a partir do município ou do Estado onde estão localizados, e com isso também formas diferentes de organizar a produção, até o tamanho dos lotes se diferenciam conforme cada região/Estado. As potencialidades produtivas de cada região são bem diferenciadas, por exemplo, a região sul, é totalmente diferente da região nordeste. No entanto, apesar das linhas políticas e princípios organizativos do MST com o processo da produção ser em nível nacional, cada Estado de acordo com suas especificidades vão fazendo as adaptações necessárias às suas realidades.

Para o MST, na medida em que estão com as famílias assentadas aproximadas em suas moradias e organizadas em núcleos de base, cabe ao próprio movimento aproveitar as circunstâncias e propor formas de cooperação que ajudem as famílias a viabilizar a subsistência e a produção para o mercado. Ou mesmo outras ações de cooperação que não necessariamente é econômica e sim social,

como construção de escolas, quadras de futebol, casas entre outras ações que contribua para ação coletiva e não individualizada.

Para viabilizar a produção nos assentamentos o acesso ao crédito e assistência técnica é primordial, e para isso a luta é necessária. Foram conquistadas no decorrer dos anos algumas linhas de créditos específicas para os assentados da Reforma Agrária como o PROCERA-programa de crédito especial para a reforma agrária, criado no ano de 1986, na gestão do governo de José Sarney. E mais tarde, ainda no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, várias mudanças aconteceram e uma delas foi que acabou o PROCERA e o então governo de FHC, criou o chamado PRONAF-programa nacional de fortalecimento à agricultura familiar. Também, no mesmo período, foram criados alguns programas de assistência técnica, sendo primeiro o programa chamado de LUMIAR, onde a cooperativa central dos assentamentos – CCA entrou no programa e contratou vários técnicos em diversas áreas para trabalhar nos assentamentos, mas que não durou muito tempo.

Mais adiante, o governo decidiu acabar com o LUMIAR e fez um processo de chamada pública para o trabalho de assistência técnica nas áreas de assentamentos de reforma agrária, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. O MST do ES através da Cooperativa de Assistência Técnica dos Assentamentos do ES – COOPTRAES, que é uma cooperativa formada por técnicos agrícolas que vivem nas áreas de assentamentos e filhos de pequenos agricultores entrou na concorrência e passou a atender 2700 famílias assentadas em todo o norte do Estado do ES. Tal contrato durou três anos e depois acabou o programa. Desde então não existe mais nenhum programa de assistência técnicas para as áreas de reforma agrária.

A luta pelo crédito do governo é uma contradição para o Movimento Sem Terra, porque esses créditos são um pacote que condiciona os tipos de produtos que as/os assentados vão produzir nos assentamentos. Esses pacotes econômicos e tecnológicos incentivam a monocultura e o uso de agrotóxicos, além de excluir o conjunto da família do processo de produção. Primeiro porque o empréstimo é feito em nome do homem, as mulheres assinam, mas não participam do processo de construção do projeto. Segundo porque pelo fato de ser para plantios de monoculturas como café no ES, soja no sul do país, são usados máquinas e

venenos que dispensam o trabalho manual que historicamente foram feitos pela família.

No entanto, o MST vem lutando para mudar este cenário com uma proposta de mudança da matriz tecnológica, trazendo o debate e a prática da agroecologia e da produção orgânica dentro dos assentamentos. Reivindicando linhas de crédito que de autonomia para as famílias produzirem diversificadamente, e que tenham financiamento para a produção agroecológica, e para a organização da agroindústria e beneficiamento da produção.

Quanto aos aspectos tecnológicos, deveremos dar destaque ao aspecto dos insumos industriais tradicionalmente utilizados (veneno, adubo, sementes híbridas) que encarecem a produção, envenenam a pessoas e a natureza. Também devemos destacar os aspectos do trabalho motomecanizado, que nos acomoda, deteriora os solos e nos torna dependentes das empresas multinacionais. Devemos revelar aos acampados que o modelo da monocultura mecanizada e química só serviram aos interesses dos capitalistas e não é adaptado às nossas características. As nossas famílias possuem grande número de pessoas para o trabalho e têm pouco capitais. A lógica da monocultura é justamente o inverso: poupa mão-de-obra e é intensa em capital (precisa de muito dinheiro para pagar hora máquina, comprar veneno, adubo e sementes etc.) (MST, 2001, p.90).

Segundo Martins citado por Fernandes (2001) “já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (Martins, 1981:177). Para Fernandes (2001) essa é a principal característica do MST, pois a conquista da terra, do assentamento como um território ocupado, não quer dizer que a luta acabou, ao contrário ela apenas começou, pois agora a luta é pela resistência neste território, isso implica em lutar por políticas públicas historicamente negadas ao povo do campo, como: políticas agrícolas, de habitação, educação, saúde, transporte, telefonia entre outros.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ao pensar o processo de organização da produção nos assentamentos, elenca diversos aspectos das necessidades das famílias assentadas como forma de permanência no meio rural, como foi mencionada no item anterior. Comentamos sobre a necessidade de se fazer um plano de produção juntamente com as famílias no início de criação do assentamento. No entanto cabe analisar se esse plano atende as demandas do

conjunto da família, ou se o conjunto da família tem sua opinião levada conta neste processo. Já que se observa que quem decide o que plantar, como plantar e todo o processo do círculo produtivo são os homens, considerados os chefes da família e quem detém o poder de decisão.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA desenvolvido pelo setor de produção do MST e o INCRA através de um convênio, é um instrumento usado justamente para construir juntos as/os assentados a organização produtiva e social do assentamento conforme a demandas dos moradores. Mais nem sempre foi assim, anteriormente se pensava o assentamento a partir das moradias, a área social que é até hoje basicamente um campo de futebol e um boteco que só os homens frequentam a escola, a igreja e nada mais. Mesmo com o PDA que é construído junto aos grupos de jovens, aos grupos de mulheres, crianças e homens, não quer dizer que ele seja de fato efetivado na prática, mas, pelo ou menos as pessoas tem a oportunidade de dialogar sobre suas vontades e anseios.

Em relação à produção nos assentamentos, a participação das mulheres tem sido de forma secundária, ficando a margem das discussões dos projetos de produção, das decisões do que plantar, das conversas com os técnicos do diálogo sobre os créditos, das construções das cooperativas, das assembleias de decisões etc. Não é diferente nos assentamentos do que acontece nas áreas urbanas no que se refere à mentalidade machista em torno do que pode ou não pode uma mulher fazer, o que é papel dos homens e o que é papel das mulheres, essa forma de pensar se expressas nas relações de produção, na família assentada, nas cooperativas e nas associações.

A luta pela terra e pela reforma agrária constitui-se sem dúvida em um enfrentamento e uma alternativa frente ao modelo agrícola hegemônico existente na agricultura. No entanto não podemos ocultar que no interior das famílias Sem Terra assentadas guardam conflitos, hierarquias dos homens sobre as mulheres, e os homens como controladores do poder, e do acesso aos recursos econômicos. (BUTTO, 2008)

Ainda para a autora mencionada acima, o trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho. As mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos, os homens no trabalho gerador de rendas monetárias, apenas este reconhecido como produtivo. No entanto nos assentamentos do MST o que da para observar é que na divisão sexual do trabalho

as mulheres cumprem o trabalho dito reprodutivo e também produtivo, só que não valorizado pelos homens.

As mulheres desenvolvem o trabalho doméstico que é extremamente exaustivo no meio rural, pois as famílias são na maioria grandes, por isso o trabalho é sempre dobrado, tendo muito mais roupas rústicas do trabalho na lavoura para lavar, lembrando que ainda são poucas as famílias que possuem máquinas de lavar roupa, pois esse é um item considerado desnecessário pelo “chefe” da família.

Além de confeccionar os alimentos as mulheres tem que preparar as marmitas para levar até a lavoura, assim como o café da manhã e o café da tarde, lembrando que nem sempre a lavoura é perto de casa. As mulheres também desenvolvem o trabalho na lavoura, no roçado, trabalho esse que vai desde o preparo do solo até a colheita, e ao contrário do que costuma - se dizer: o trabalho destinado para as mulheres na lavoura, não é de forma nenhuma o “trabalho leve”.

Com isso observa-se que as mulheres desenvolvem uma dupla jornada de trabalho no meio rural. Cabendo também a elas o cuidado com os quintais. Onde as mulheres cuidam das hortas, do pomar, das galinhas, dos porcos. E esse trabalho nos quintais é invisível, não é considerado trabalho produtivo, mesmo sendo ele o que vai garantir hortaliças para alimentação da família, ovos, carnes entre outros produtos que não precisarão ser comprados nos supermercados. Além de caber às mulheres a tarefa de fazer merendas para a família como: pães, bolos, biscoito entre outras merendas que são feitas em fogões e fornos a lenha, sendo também tarefa da mulher de buscar no mato a lenha e lascá-las com o machado.

O esforço físico é sempre apontado como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Mas, quando se olha para a realidade, não há tarefa que as elas não executem. Mulheres fizeram destoca, araram a terra, puxando o burro ou no “muque”, e carregaram sacos de 60 quilos na cabeça. Mas, toda vez que essas tarefas são mecanizadas e, portanto, exige menor força física, contraditoriamente, elas são excluídas, ou seja, é muito mais fácil ver uma mulher carpindo com a enxada do que dirigindo o trator para a realização do trabalho agrícola. No roçado se produz farinha, feijão e milho, considerados, pelos agricultores, fundamentais á sobrevivência, de modo que as atividades aí realizadas são reconhecidas como trabalho. O pai encarna essas atividades, logo, o trabalho é dele. Mesmo que os filhos e a esposa desempenhem tarefas no roçado, a casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não trabalho. O produto das atividades femininas no cuidado de pequenas criações ou no artesanato é comercializado para a compra de outros bens para casa, como, por exemplo, utensílios de cozinha, roupa de cama etc. as mulheres geralmente não participam da comercialização de produtos. Quando estão nas feiras, localizam-se na venda de produtos considerados secundários, tais como verduras, frutas e condimentos. (NOBRE, FARIA, SILVEIRA, 2005. p.41).

A divisão sexual do trabalho no meio rural estaria intimamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, como por exemplo, na região sul do país fazia parte da prática dos (as) camponeses as mulheres tirarem leite, no entanto quando a produção do leite tecnifica, essa tarefa passa a ser desenvolvida pelos homens. Assim como, ser comum ouvir falar entre trabalho leve e trabalho pesado no meio rural. O trabalho leve seria em tese o desenvolvido pelas mulheres e o pesado pelos homens. No entanto o trabalho é leve considerando quem o executa, e não pela natureza do trabalho em si. Mesmo que as mulheres trabalhem o mesmo número de horas que os homens e suas tarefas exijam habilidade, paciência e rapidez, elas recebem menos, pois o valor da diária é determinado pelo sexo e idade de quem a recebe. (NOBRE, FARIA, SILVEIRA, 2005).

Em tempos atuais também surge outro fator nas áreas de assentamento, que está ligado ao trabalho externo desenvolvido pelas mulheres. Com a ofensiva do capital, a falta de recurso para investir nas lavouras, o aumento do preço dos insumos agrícolas, o baixo preço da produção, tudo isso tem dificultado as famílias assentadas a conseguirem sobreviver somente de sua produção na lavoura, por isso muitas mulheres (moças, adolescentes e mãe) tem ido trabalhar nas cidades e distritos vizinhos como domésticas, cozinheiras ou mesmo como vendedoras de roupa, perfumes para contribuir na renda da família. Infelizmente esse é mais um trabalho para as mulheres sem visibilidade aos olhos dos homens, e considerado apenas uma ajuda na renda familiar.

O mais intrigante é que as mulheres assentadas quando vão para os acampamentos que é o primeiro espaço de convívio social entre dezenas de famílias que estão na luta por um único objetivo que é a terra, elas participam de forma direta e corajosa contra todas as formas de opressão surgidas pelo caminho. São elas que formam as primeiras fileiras de enfrentamento contra capangas, policiais e ordem de despejos. No entanto, depois da terra conquista e começam a surgir as primeiras formas de organização da vida econômica do assentamento as mulheres retornam para o aconchego de seus lares, para lidar com tanques e fogões e de lá têm uma grande dificuldade em sair.

A forma como os assentamentos estão organizados também não contribui para elevar a participação das mulheres, pois como mencionamos acima, os assentamentos não proporciona uma área de lazer que as mulheres possam

participar, não são proporcionados espaços coletivos como: cozinhas, lavanderias, creches comunitárias, as cooperativas e associação na grande maioria têm como protagonistas apenas os homens, as mulheres são apenas para preencher cota de associados e não participam das diretorias e de nenhum espaço de decisão. Além de não terem autonomia nos lotes de produção e nem nos créditos acessados, sendo a elas delegada apenas a tarefa de dar assinatura nos projetos que são enviados para os bancos financiadores de créditos agrícolas.

As associações dos assentamentos podem se tornar o lugar por excelência de criação de novas sociabilidades. Muitas vezes, no entanto, espera-se delas a possibilidade de instaurar uma nova ordem a questão é que isso nem sempre acontece. Em muitos casos as associações servem mais para fortalecer as relações de dominação masculina e reforçar o caráter patriarcal da família. Em varias associações estudadas reduziu-se a participação política da mulher nas decisões sobre a gestão produtiva das culturas agrícolas e inibiu-se seu acesso á informação e relações institucionais. Um dos resultados é a saída das filhas que vão buscar empregos como domésticas por não conseguirem ficar nos lotes. Nessas funções, reproduzem o lugar tradicionalmente destinado ás mulheres. A família assentada reorganiza-se, mas as posições tradicionalmente atribuídas se reproduzem. (BUTTO, 2008 apud GEMA ESMERALDO, p.14).

A luta pela terra indica uma resistência dos trabalhadores Sem Terra frente ao modelo de desenvolvimento do capital que vem espalhando-se no campo brasileiro. Esses trabalhadores forjados dentro da luta organizada pelos movimentos sociais são tencionados entre valores antigos e novos, que se expressa desde a forma de produzir, se é para mercado ou para consumo? É com veneno ou sem veneno? Essas relações perpassam também pelas relações humanas não podendo ser vista somente do ponto de vista da reprodução econômica. É a forma como o marido ainda se acha o dono da casa e dos que vivem dentro dela, é a forma de violência física contra esposas e filhas. A família camponesa se reorganiza, fazem rearranjos internos, mas as formas de opressão do patriarcalismo continuam. E contra essas formas de opressão que as mulheres Sem Terra lutam todos os dias incansavelmente.

As mulheres Sem Terra tem conseguido avançar no processo de organização dentro dos assentamentos e também do processo de produção. Isso se deve a luta, por exemplo, feita nos 08 de março – dia internacional das mulheres, onde as mulheres têm pautado reivindicações contra a opressão de gênero, por participação igualitária, por políticas públicas e por autonomia econômica.

2.2 AS MULHERES E SUA AUTO - ORGANIZAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS DO MST ES.

O MST no Espírito Santo foi criado em 1985 com a ocupação da fazenda Georgina, que originou o primeiro assentamento do Estado, chamado Vale da Vitória. Atualmente o MST está organizado em 30 municípios do Estado do Espírito Santo, tem 07 regionais organizadas, que são denominadas brigadas. Já são mais de 4000 mil famílias assentadas em 78 projetos de Assentamentos espalhados por todas as regiões e são coordenados pelo Movimento Sem Terra. (SOUZA, de et al. 2005).

Nesse processo foi criado a partir da organização dos trabalhadores o Centro de Formação Maria Olinda, que tem como objetivo ser um espaço de formação das famílias assentadas e acampadas do Estado. Assim como foi construído varias cooperativas e associações para organizar o processo de comercialização e produção nos assentamento. Outra conquista importante nesses anos foi a construção da CCA – Cooperativa Central dos Assentamentos que possibilitou um avanço do ponto de vista da organização da produção, e para isso também foi importante a empresa de assistência técnica construída pelo movimento Sem Terra para prestar assistência técnica as famílias assentadas. COOPTRAES-Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos do Estado do Espírito Santo.

É importante ressaltar que o MST – ES tem uma história marcada por muitas lutas, conquistas e também de muitos conflitos, provocados pelo reacionarismo muito forte da classe latifundiária. O Espírito Santo é um Estado que possui uma das mais altas taxa de concentração de terra do País. Dados do IBGE de 1991 mostram que 80% das propriedades são pequenas, porém, ocupam apenas 27,8% das terras, enquanto 1% dos proprietários ocupa 24,5% da área total do Estado. Apenas 01 proprietário no norte do Estado concentra 50 mil hectares de terra. (SOUZA, de et al. 2005)

Dentre todas essas conquistas do MST do ES, que são todas legitimam inegáveis e importantes para o conjunto da classe trabalhadora, é necessário fazer um recorte da questão das mulheres assentadas no Estado.

A questão de gênero nos assentamentos do MST tem sido assunto de pauta em vários encontros, instâncias e atividades de realizadas internamente, mas ainda não o suficiente para mudar a realidade em que vivem essas mulheres assentadas.

O espaço reservado às mulheres ainda tem sido o espaço privado, de manutenção do bem está da família.

Sabe-se que a autonomia e o protagonismo das mulheres deve se dar no campo político, assim como no campo econômico. Observa-se que muitas vezes as mulheres fazem luta para conquistarem seu lugar nos espaços que historicamente na sociedade foram designados como masculino, lutam por melhorias nas políticas públicas, por salários iguais ao dos homens nos espaços profissionais entre outras bandeiras. No entanto nem sempre isso significa autonomia econômica para as mulheres, já que existem não muito raramente mulheres que tem salários e que não o administram quem o faz é o marido, ou que não tem autonomia de comprar algo para si mesma, todo o salário é para a manutenção das necessidades da família, e ainda assim não é considerada como parte importante na contribuição da renda familiar.

[...] a opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora; assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos [...] (GODINHO, 2003, p.34).

E ainda de acordo com Faria e Nobre (2003), é importante analisar que é no campo da produção que se dão as definições políticas e financeiras, os objetivos da experiência de auto-organização de mulheres passam não apenas pela esfera financeira, ainda que considerada fundamental para a emancipação das mesmas, mas agregam outras necessidades que socialmente foram sendo negadas a este gênero. Neste sentido a formação na busca pela autonomia política e social, estudando também sobre o papel das mulheres nas esferas reprodutivas e produtivas, como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade atual, e de como funciona a sociedade, se com figuram igualmente como essenciais para as transformações almejadas pelas mulheres.

No meio rural essa realidade não é diferente, sem querer fazer comparações, penso que a realidade das mulheres trabalhadoras rurais sem terra é muito pior do que das mulheres urbanas. A falta de autonomia dessas mulheres se dá em vários campos, como: na família, na administração financeira, na vida social, na produção, nas decisões políticas e entre outros. Essa realidade do meio rural faz parte de um processo histórico da constituição da família camponesa

A conquista de uma maior independência econômica para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é

uma das questões importante que vem sendo colocada pelas organizações de mulheres e pela economia feminista. São muitas as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimentos das famílias, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros. O seu acesso direto ao dinheiro frequentemente é dificultado pelo fato do seu trabalho ser considerado “uma ajuda” e daquelas atividades que estão sob sua responsabilidade direta gerarem pouco recurso. Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro. (CINTRÃO, SILIPRANDI, 2002, p.189)

Referente o que as autoras acima citam, quando se refere que o trabalho executado pelas mulheres são atividades que geram pouco recurso, logico, isso aos olhos dos homens, na realidade o trabalho realizado pelas mulheres garantem o mesmo tanto de recurso ou mais para dentro de casa, a questão é que os homens fazem questão de não reconhecer esse fator, de negar a contribuição das mulheres tanto do ponto vista do trabalho externo a lavoura, como do trabalho realizado braçalmente na roça. É comum encontrar homens que não permite a mulher dizer para outras pessoas que ela, por exemplo, realiza o trabalho de capina, porque para os homens esse trabalho é considerado o mais pesado e, portanto tem que ser realizado por eles.

No Espírito Santo assim como nos outros estados do Brasil em que o MST está organizado, existe o setor de gênero, esse setor como mencionado no item 5.2 do capítulo I, tem a tarefa de organizar as mulheres nos diversos espaços do movimento assim como, nos assentamentos e acampamentos do MST, e na luta por direitos historicamente negados as mulheres como: saúde, educação, políticas públicas de modo geral. Mas uma reivindicação que as assentadas capixabas têm travado em todo esse período é a luta pela autonomia na produção, pelo crédito, pelo direito a terra e principalmente pelo direito de ter o nome na titulação da terra já conquista. Dessas lutas tivemos a conquista de ter incorporado a partir do II PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária, a incorporação das reivindicações dos movimentos de mulheres e movimentos mistos, ampliando os direitos das mulheres á terra e incorporando a perspectiva de gênero. Apesar de sua participação ativa na luta pela Reforma Agrária, o nome das mulheres não aparecia formalmente nos cadastros e nos documentos do INCRA e elas eram deixadas em segundo plano em relação aos homens na seleção dos beneficiários a serem assentados. (CINTRÃO, SILIPRANDI, 2002)

Esse direito garante que as mulheres assentadas no ES pudessem acessar créditos para financiarem projetos em seus nomes, com atividades que de fato elas teriam

vontade de implantar. Como os projetos sempre foram feitos em nome dos homens, mas as mulheres também assinavam como o cônjuge, havia muitos casos de inadimplências dos maridos, o que inviabilizava do mesmo jeito as mulheres acessarem os recursos.

Movimentos de mulheres rurais vêm reivindicando políticas de apoio à produção e à comercialização e têm estimulado a constituição de grupos produtivos de mulheres como uma forma de se contrapor a essa realidade. Estes grupos muitas vezes se iniciam a partir de atividades já realizadas pelas mulheres, tais como artesanatos, processamento e/ou comercialização de produtos oriundos dos quintais arredores da casa. À medida que vão se consolidando, as mulheres passam a enfrentar os desafios relacionados às atividades de comercialização. (CINTRÃO, SILIPRANDI, 2002, p.200)

Os trabalhos que geralmente foram incentivados a serem desenvolvidos pelas mulheres nos assentamentos do ES, são principalmente os trabalhos que reforçam a permanência das mulheres dentro de casa e que historicamente são consideradas como tarefas femininas. Quando as autoras acima mencionam as atividades de artesanatos, processamento de alimentos e reaproveitamento de alimentos, assim como o incentivo da produção de hortaliças e pequenas criações nos quintais, está justamente afirmando uma realidade que por muito tempo e ainda nos dias atuais são trabalhadas por projetos não governamentais e até mesmo por entidades do próprio movimento Sem Terra que ainda não percebeu que incentivar as mulheres a organizarem grupos de costura, cozinha, fornos e fogões é reforçar a ideia de que essas tarefas são exclusivas das mulheres. Não que essas tarefas não sejam importantes, ao contrário, a questão é que precisa ser incentivado à participação das mulheres também nos espaços políticos, públicos e em atividades com maiores potencialidade de geração de renda, e o mais importante: a autonomia das mulheres em todos esses processos.

Há cinco anos foi constituída uma articulação de Gênero dos Assentamentos apoiados pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Espírito Santo (CCA-ES) que tem o papel de propor ações e articular o debate sobre as relações de gênero nas áreas de Reforma Agrária. Dentro deste processo de organização e capacitação em gênero e protagonismo político, a realização de ações de economia e geração de renda foi o principal elemento aglutinador para a construção de uma proposta de desenvolvimento da construção de novas relações de gênero nos assentamentos. Assim estas comunidades demandaram junto ao Governo do Estado, através de programa Terra sol, equipamentos agroindustriais visando fomentar a geração de renda por grupos locais de mulheres, constituindo assim 10 farinheiras. Mas este é apenas o primeiro passo dentro de um amplo trabalho que pode ser desenvolvido nos assentamentos. Entender como potencializar estas, entre outras experiências produtivas protagonizadas por mulheres, assim como propiciar formas de articulá-las e organizar as demandas por geração de renda, juntamente com o debate da questão de gênero, fortalecendo estes

coletivos, locais, regional e estadual, é o principal problema a ser abordado neste projeto. (MOREIRA, 2013, p.09)

Com o avanço da participação das mulheres no processo de luta dentro movimento sem terra, como as mobilizações dos 8 de março, os encontros de formação política, os cursos de feminismo e marxismo, tudo isso ajudou na elevação do nível de consciência das mulheres e fortaleceu sua vontade de buscar novos rumos para sua vida social, econômica, política etc. as mulheres coletivamente organizaram grupos de produção em diversos assentamentos no Estado, mas sempre com o limitador do acesso ao créditos, a assistência técnica.

Dentre os grupos produtivos de mulheres que estão organizados no estado do ES, tem o Grupo de mulheres ligado a associação **Fortes da Rodovia** – do Assentamento Otaviano de Carvalho, localizado no município de Ponto Belo, esse grupo trabalham com uma padaria de forma coletiva, o Grupo de Mulheres vinculado a **AAFAT - Associação do Assentamento Tomazini** no município de Santa Tereza, também tem uma padaria, Grupo de Mulheres vinculado a **Associação Florestan Fernandes** município de Guaçuí também trabalham com uma padaria, **AMUTRACA – associação de mulheres trabalhadora rurais do assentamento Castro Alves** no município de Pedro Canário, tem uma agroindústria de beneficiamento da cana de açúcar, produzindo rapadura, melado e açúcar mascavo, como esses existem muitos outros grupos de mulheres que tem buscado na sua auto-organização e de forma coletiva sua sobrevivência no processos de produção.

Mais recentemente passou a existir um programa do governo federal chamado **Terra Forte** em parceria com o INCRA para incentivar as organizações de agroindústrias nas áreas de assentamentos. Os grupos produtivos de mulheres já existentes têm sido contemplados financeiramente para ampliações dos seus negócios. Um fator importante do programa é a possibilidade de realizações de atividades de formação em relação ao processo produção, capacitando às mulheres não só para produzir, mas também para comercializar e administrar a renda.

A CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento – também foi um programa desenvolvido no governo Lula que proporcionou maior participação das mulheres no processo de produção e comercialização de alimentos. Como as mulheres assentadas são as que mais trabalham na horta, nos quintais na produção de alimentos de subsistência, trabalho esse pouco ou raramente realizado pelos homens, já que os homens se ocupam do trabalho de produção da monocultura do café e da pimenta, considerados esses produtos como geradores de renda.

A CONAB, opera através do programa doação simultânea de alimentos e assim, adquire dos/das agricultores (as) e faz a doação destes alimentos para as famílias carentes e instituições na região. Essa ação fez com que toda a produção realizada pelas mulheres tivesse saída no comércio não ficando apenas para a manutenção da família. Além de proporcionar renda para a família também proporcionou as mulheres participarem das associações, já que uma das condições do programa é o contrato ser feito via associação e não individualmente com os/as produtores e produtoras. E essas associações tem que atender a exigência de gênero, de ter 40% de mulheres associadas, com bloco de produtor e com cadastro para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

Nem sempre as mulheres conseguem se inserir nos grupos coletivos de produção, pois em muitos casos e não é raro, as mulheres tem que pedir autorização ao marido para participarem, como nos grupos coletivos as mulheres tem que sair de casa para outro local onde será realizado o trabalho, existe muitos casos onde os homens não deixam as esposas se inserirem nos grupos de trabalho. Analisemos: se as mulheres estão nos grupos de produção, elas precisam ir para um local de trabalho vamos supor que estejamos falando de uma farinha, ela vai pela manhã e só volta a tarde, essa mulher vai está em contato com muitas outras mulheres se conhecendo, conversando, e trocando experiências de vida, enfim tendo uma vida social que na maioria das mulheres do meio rural não tem. Outro problema é que ao ficar fora o dia todo o homem não vai ter quem faz a comida e todos os serviços domésticos e todos os afazeres domésticos. Assim como, os homens também não vão poder contar com a participação das mulheres no trabalho da lavoura, para dar segundo eles aquela “ajudinha”.

O que também impede os homens de deixarem as mulheres participarem desses grupos é o contato que ela vai ter com várias outras pessoas, o conhecimento que isso vai proporcionar na vida dessas mulheres, dando a elas mais autonomia, mais capacidade de debater e maiores condições de enfrentamentos as desigualdades, explorações e todas as formas de violência dentro de casa.

Os principais desafios em comum aos coletivos pesquisados foram a distância entre as casas, o acesso a cursos técnicos e informações sobre os programas, e a constituição de associações para acessar tais políticas. O machismo também foi caráter transversal às dificuldades expostas pelos grupos, às vezes dos companheiros que impediam a participação das mulheres nos coletivos e cursos, mas outras das próprias assentadas que se sentiam incapazes de realizar alguns empreendimentos produtivos. Os debates realizados em torno das questões de gênero nos encontros locais e

estadual levantaram estes elementos, nos quais as mulheres puderam identificar problemas comuns à opressão do sistema patriarcal, e não mais individuais. Propostas de solução pela organização e fortalecimento dos coletivos de mulheres foram salientadas em todas as discussões. (MOREIRA, 2013, p.66)

Conforme um grupo de pesquisadores que se propuseram a analisar as razões da participação das mulheres rurais em grupos produtivos Neves e Medeiros (2013. org.) para as mulheres do meio rural a decisão de participar de um grupo produtivo se deve a inúmeros fatores e necessita ser pensada no contexto da vida dessas mulheres, de suas trajetórias e experiências. Nem sempre a participação das mulheres nesses grupos se restringe a questão de ordem econômica. Tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios, participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. Ou seja, as mulheres não querem um trabalho qualquer, mas a uma atividade considerada prazerosa, pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar a adversidades.

A participação das mulheres nesses grupos em muito contribui para que elas reflitam a respeito de sua própria condição e se descubram plenamente capazes de assumir uma atividade produtiva. Isso fornece, em grande medida elementos simbólicos para que passem a perceber e a questionar as desigualdades de gênero. (NEVES, MEDEIROS, ORG, 2013, P.218)

Na pesquisa da professora Renata Couto da universidade federal do ES do departamento de Economia, ela pesquisa vários grupos produtivos de mulheres assentadas em regiões diferentes no Estado como: o assentamento Madre Cristina no município de Pancas, o assentamento Zumbi do Palmares no município de São Mateus, o assentamento Pip Nuk no município de Nova Venécia. Nesse trabalho o foco dado pela professora é nos grupos de mulheres organizados para acessarem o recurso do fomento, que é um crédito inicial, fornecido com recursos do INCRA chamado Apoio Mulher. Esse fomento era no valor de 3 mil reais para as mulheres desenvolverem atividades agrícolas que elas tivessem vontade mas que até então não tiveram oportunidades. Como exigência do INCRA para acessar o recurso tinha que ser em grupos de no mínimo 5 mulheres, onde cada uma receberia esse valor, para desenvolver um projeto em comum.

No entanto foi constatado que nos momentos de formação para o grupo de mulheres discutirem sobre a auto-organização, alguns maridos ficavam querendo decidir sobre os encaminhamentos do grupo, além de muitos em públicos dizerem

que sua mulher não participaria, porque teria que sair de casa. E que ela só pegaria o recurso se fosse para ele decidir em que aplicar o dinheiro.

Por conta desse pensamento muitas mulheres absorveram a ideia do não trabalho em grupo, querendo desenvolver o trabalho de forma individual em seus lotes, para serem administrados pelos homens. Como exemplo no assentamento Madre Cristina que tinham 01 grupo de mulheres que iriam trabalhar com produção de galinhas poedeiras, 3 grupos que iriam trabalhar com piscicultura, e 01 grupo com vacas leiteiras. Estes grupos foram desfeitos e aconteceu de forma individual, cada mulher executando seu projeto. Isso mostra a dificuldade que existe no processo organizativo dos grupos, seja por falta de assistência técnica, seja por falta de incentivo dentro da própria família, ou mesmo pelas mulheres não se sentirem seguras de ir à busca de seus sonhos.

E mais tarde, aconteceu que o INCRA cancelou o programa deixando muitos grupos que estavam organizados sem acessar o recurso o que levou a desmotivação de muitas mulheres que já vinham trabalhando no desenvolvimento dos projetos e por falta do dinheiro não conseguiram ir em frente.

Contudo, seja as mulheres nos grupos produtivos seja no trabalho nos lotes familiares, essas guerreiras estão sempre em busca de melhores condições de vida para sua família. Elas se metamorfoseiam a cada violência sofrida, a cada direito negado, a cada oportunidade retirada, e ressurgem sempre mais forte mais determinada daquilo que acreditam e vão à busca dos seus ideais independentes dos que dizem: 'você não é competente, você não consegue', ao contrario, essas palavras servem de incentivo para irem à luta. Como disse Frida Kalo, "**Pés para que tê-los? "Se tenho asas para voar"**".

CAPÍTULO 3

3 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DAS MULHERES DO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA – ESPIRITO SANTO⁶.

Nesse capítulo será apresentado o resultado da pesquisa que foi realizada no assentamento Vale da Vitória, assim como as análises das questões levantadas na pesquisa de campo. O capítulo será iniciado com um breve histórico do Movimento Sem Terra no Estado do Espírito Santo, para melhor entendermos a conjuntura atual do assentamento e da região. Em seguida será analisada a divisão sexual do trabalho nas unidades familiares no assentamento Vale da Vitória, a participação das mulheres na organização política, a participação das mulheres no processo de comercialização. Essas questões de análise serão importantes para identificar a realidade em que vivem as mulheres assentadas, realidades essas muitas vezes velada, na aparência o que se vê são núcleos familiares e organizações de produção onde homens e mulheres têm direitos iguais, mas na essência podemos perceber que não é bem assim, as mulheres precisam ainda lutar muito para conquistar respeito, autonomia, direitos iguais, tanto na família como no conjunto da sociedade.

O assentamento tem ao todo 39 famílias assentadas e cadastrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A entrevista foi realizada com 10 mulheres assentadas, dentre dessas a que mora há menos tempo no assentamento tem 18 que é assentada. As entrevistadas estão na faixa de 33 a 66 anos, todas casadas e com filhos, todas com baixa escolaridade, apenas 02 das mulheres concluíram o nível médio e 01 das 10 mulheres entrevistadas está cursando o nível superior. Das mulheres entrevistadas todas desenvolvem trabalho na roça e 04 delas desenvolvem outras atividades remuneradas como: da aula, faxina e vendas de produtos.

Dos 10 homens entrevistados 08 é maridos das mulheres entrevistadas, isso porque tínhamos o objetivo de identificar a forma de pensar de cada referente ao mesmo assunto. Os homens também estão na mesma faixa de idade de 35 a 73 anos, dos homens apenas 01 concluiu o nível médio e todos têm como única atividade o trabalho no meio rural.

⁶ Todas as mulheres e homens estão identificados (os) por nomes de flores.

A entrevista também foi realizada com o presidente da associação e o da cooperativa existente no assentamento, os dois entrevistados são assentados a 30 anos, um tem 43 anos e o outro tem 63 anos casados e tem filhos. Tínhamos como objetivo com essas duas entrevistas conseguir informações do processo de produção e comercialização no assentamento, a origem e natureza da cooperativa e da associação, a composição das instâncias de decisão de cada instituição e a composição do quadro de sócios.

No processo de realização das entrevistas várias questões foram abordadas: desde aspectos ligados à realidade das mulheres assentadas, passando pela organização das mulheres no processo político até questões específicas relacionadas ao processo de organização das mulheres no processo de produção no assentamento.

3.1 O CAMINHAR: O MST NO ESPIRITO SANTO E O NASCIMENTO DO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.

O MST não surgiu do nada ou da cabeça apenas de uma pessoa. Esta história começou no final da década de 70, em plena ditadura militar. O país vivia o chamado “milagre brasileiro” que, para os pobres do campo e da cidade, estava mais para a “praga brasileira”: desemprego e migração dos camponeses para as cidades. A intensa mecanização da agricultura introduzida pelos governos militares expulsou assalariados, arrendatários e parceiros do campo.

Mas havia camponeses que acreditavam que podiam se organizar e resistir trabalhando na terra. Foi assim, que no dia da chamada “independência do Brasil”, no dia 07 de setembro de 1979, um grupo de agricultores sem terra ocupam a gleba Macalli, em Ronda Alta no Estado do Rio Grande do Sul. Essa ação é considerada a primeira ocupação de terras no Brasil que deu origem ao MST. (STÉDILE E FERNANDES, 1999),

Neste período, lutas semelhantes foi acontecendo nos demais Estados do sul, em Mato grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo.

Para Stédile e Fernandes (1999), o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta de luta pela democratização do país. A luta pela reforma agrária somou-se ao surgimento das greves operárias, em 1979 e 1979 e á luta pela democratização da sociedade.

O MST, no entanto, não é o primeiro movimento a lutar pela terra na América Latina. Muito antes, as famílias agricultoras já se organizavam em busca de terra, melhores condições de trabalho e de vida. Podemos citar os exemplos de Canudos e Contestado no final do século XIX; das ligas camponesas, que nasce em Pernambuco e se espalha pelo Brasil entre 1950 e 1964; a revolução mexicana, no início do século XX; a revolução cubana, em 1959 e do Master (movimento dos agricultores sem terra), organizado no Rio Grande do Sul na década de 80, movimento este, que mais tarde deu origem ao MST.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo silenciosamente. Foi quando começaram a serem organizadas as primeiras ocupações de latifúndios, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia á ditadura militar. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da terra – CPT, em 1975. (AGENDA MST, 2008)

Ainda resgatando a memória na agenda do MST de 2008 está relatado que nesse mesmo período, o Brasil vivia uma conjuntura de lutas extremas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, quando se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí começou-se a gestar um movimento com preocupação organizativa, com objetivos e linha política definidos, um Movimento social autônomo de partidos políticos, igrejas, sindicatos e governos. Com três objetivos: **1.** lutar pela terra, **2.** Lutar pela reforma agrária e **3.** Lutar por mudanças estruturais e sociais no Brasil

O avanço que o I Encontro Nacional possibilitou, conforme acentua Stédile e Fernandes (1999) foi que o evento possibilitou ao MST se formatar como um movimento de massas autônomo dos sindicatos e das Igrejas, de forma a garantir a sua independência ideológica e a sua atuação baseada nos ideais de classe. Como encaminhamento do I Encontro Nacional saiu a deliberação de já no ano seguinte se realizar o I Congresso Nacional do MST.

Em 1985, em meio ao clima da campanha “Diretas Já”, o MST realizou seu primeiro Congresso Nacional, em Curitiba Paraná, cujo lema foi: “**Sem reforma agrária não há democracia**”. Também foi adotado, como grito de ordem: “ocupação é a única solução.” Nesse mesmo ano, o governo de José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que

tinha por objetivo dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o fim do mandato do presidente, assentando 1,4 milhões de famílias . mais uma vez a proposta de Reforma Agrária ficou apenas no papel. O governo Sarney identificado com os interesses do latifúndio, ao final de um mandato de cinco anos, assentou menos de 90 mil famílias Sem Terra. Ou seja, apenas 6% das metas estabelecidas no PNRA foram cumpridas por esse governo. (AGENDA, MST, 2008. P.)

O MST no Espírito Santo surge com características semelhantes ao MST no Brasil: tem início na década de 80, a partir da necessidade dos trabalhadores de voltar novamente para a terra, para suas origens; morar e trabalhar. No final da década de 60 e início da década de 70, vivia-se no Estado um processo de implantação de empresas que investiam em plantio de eucalipto para fins de produção de carvão vegetal e celulose, como as empresas ACESITA ENERGÉTICA, FLONIBRA, COMPANHIA BRASILEIRA DE FERRO - CBF, FLORESTAS RIO DOCE, DOCEMADE e ARACRUZ CELULOSE, essas empresas chegaram à ocupar 6,1 % das terras férteis do Estado, cerca de 250 mil hectares de terras só com plantios de eucalipto, até o ano 2000, e promoveu a expulsão de muito trabalhadores rurais, pequenos posseiros de sua glebas de terra, passando a viver numa situação de fome, miséria e desemprego, nas cidades. (PIZETTA, de et al. 2005).

Ainda segundo Pizetta, et al. 2005 a chegada destas grandes empresas anunciava um falso progresso; uma falsa geração de empregos que iludia as pessoas da região e atraía pessoas de outras regiões e de outros Estados vizinhos, com ofertas de empregos, sendo que pouco tempo depois, estas famílias ficavam desempregadas e sem ter para onde ir.

Conforme Pizetta, et al. (2005) foi nesta conjuntura, que a pastoral social da igreja católica e a Comissão Pastoral da Terra - CPT passaram a fazer um trabalho de conscientização para que os trabalhadores passassem a lutar para adquirir uma terra para trabalhar e tirar o seu sustento. Como no norte do estado esta realidade estava mais presente, então por ai se começou este trabalho de conscientização de base e de luta em busca do acesso à terra, considerando que a maioria dos sem terras, haviam perdido as terras recentemente e muitos trabalhavam para tais “empresas reflorestadoras”.

A partir de 1975 em diante, a CPT tinha um trabalho de organização de oposições sindicais e foi nesse período então que nos municípios da região Norte do estado do ES, essas oposições sindicais ganharam a diretoria dos Sindicatos que

até então eram “pelegos” e esses Sindicatos começaram então a desenvolver um trabalho de conscientização, trabalho de base junto dos trabalhadores, tanto das fazendas como também assalariados rurais que moravam nas cidades, nas periferias, mas trabalhavam no campo como boia-fria.

Os primeiros acampamentos são frutos desse trabalho das comunidades de base, da Igreja católica, da CPT e do próprio Movimento Sindical e nesse final dos anos 70 e início dos anos 80 tinham esse trabalho de conscientização foi assim que no Espírito Santo os primeiros assentamentos vão surgir em 1984 como resultados desse trabalho de conscientização, mas de um processo de negociação com o governo, então a primeira ocupação organizada pelo Movimento só vai acontecer em 1985, no dia 27 de Outubro. Quem fez esse trabalho de organização nessa primeira ocupação foram justamente essas lideranças, que muitos eram dos Sindicatos, outros eram da CPT, outros eram das Comunidade de Base, participava das Igrejas e o Movimento então enquanto organização aparece, toma a frente quando surge a ocupação e passa a ser o interlocutor junto ao governo. O Movimento Sem Terra capixaba nasce deste processo de articulação. (PIZETTA, de et al. 2005).

Atualmente o MST no ES está organizado em 30 municípios do Estado do Espírito Santo, tem 07 regionais organizadas, que são denominadas brigadas, onde se tem uma coordenação regional e destas se formam a coordenação estadual do MST. Já são mais de 4000 mil famílias assentadas em 78 projetos de Assentamentos espalhados por todas as regiões e são coordenados pelo Movimento Sem Terra.

É importante ressaltar que os primeiros assentamentos foram realizados pelo governo do Estado do Espírito Santo através da SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, são 23, envolvendo 550 famílias e os demais, foram feitos pelo governo federal através do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A Brigada Quilombo dos Palmares surge na verdade como regional São Mateus, por envolver assentamentos dos municípios de São Mateus e Jaguaré e mais adiante recebe o nome de brigada, numa nova forma organizativa do MST. Esta regional recebeu no ano de 2002, o nome de Quilombo dos Palmares, porque o município de São Mateus recebeu um grande número de negros escravos africanos e possui mais de 60 % da população negra. Além disso, a regional abriga o maior

assentamento do MST-ES nestes 20 anos, o Assentamento Zumbi dos Palmares com 151 famílias.

O primeiro Assentamento que surge na brigada é o Assentamento Córrego de Areia, com 31 famílias, em 13 de setembro de 1984. Foi o primeiro Assentamento conquistado no Espírito Santo, conquistado através de um processo de mobilização da pastoral social da igreja católica e das reivindicações por parte dos trabalhadores, aos governos municipal e estadual por uma terra para trabalhar e viver com as suas famílias. Este assentamento foi fruto de um processo de negociações que duraram 11 meses e que envolveu 75 famílias do município de São Mateus, de um bairro pobre chamado Pé-Sujo na época, hoje bairro Vila Nova, o maior bairro do município.

Esta brigada teve e tem uma grande importância na história, por ser o berço do MST-ES. Pois foi nela que aconteceu a primeira ocupação de Terra que deu origem ao MST-ES.

A ocupação de terra organizada de fato pelo Movimento Sem Terra no ES foi em 1985, com o esgotamento da tática das negociações com o governo e a decisão política de se implantar o MST, é que em 27 de outubro de 1985 300 famílias Sem Terra ocupam a fazenda Georgina, localizada no distrito Nestor Gomes (KM 41) no interior do município de São Mateus.

Dessa ocupação originou-se 5 assentamentos dentre eles o assentamento Vale da Vitória com 39 famílias. Esse assentamento ocupa uma área de 100 hectares. O Assentamento Vale da Vitória teve sua criação em 23 de dezembro de 1985, neste assentamento foi fundada a primeira CPA no Estado, a COOPRAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária Vale da Vitória, no ano 1990.

O assentamento está localizado na Brigada Quilombo dos Palmares. A Brigada Quilombo dos Palmares tem 13 Assentamentos e 398 famílias assentadas e mais o centro de formação estadual do MST – CEFORMA- Centro de Formação Maria Olinda onde hoje acontecem as reuniões, encontros e os cursos de formação de militantes no estado, da região sudeste e também a nível nacional.

3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS UNIDADES FAMILIARES NO ASSENTAMENTO VALE DA VITÓRIA.

Como vimos no 1º capítulo desse trabalho o processo da divisão do social do trabalho e posteriormente a divisão sexual do trabalho é um processo histórico e que

acompanha a vários modos de produção no decorrer da história da humanidade, e de modo geral a divisão sexual do trabalho no modo de produção capitalista tem expropriado cada vez mais o trabalho feminino, depositando nas mulheres a responsabilidade de executar varias tarefas ao mesmo tempo, o que chamamos de dupla ou jornada de trabalho.

Para Kergoat et al (2009) a divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: um que é a separação entre o que é trabalho que podem ser realizados pelos homens e os trabalhos que podem ser realizados pelas mulheres. O segundo é a hierarquização, onde o trabalho realizado pelos homens tem mais valor do que o trabalho realizado pelas mulheres. Como não poderiam ser diferentes esses dois princípios estão presentes no processo de trabalho desenvolvidos nas unidades familiares de produção nos assentamentos, mais especificamente no assentamento Vale da Vitória, onde foi realizada a pesquisa empírica.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção ou duas coleções de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, ET AL, 2009, p.67).

Quando perguntado as mulheres do assentamento Vale da Vitória sobre qual era o trabalho desenvolvido por elas, a resposta que estava sempre em primeiro lugar era o trabalho doméstico, esse desenvolvido exclusivamente pelas mulheres sem a participação dos homens. No entanto as mulheres também estão de forma direta na participação do trabalho na lavoura e nos quintais, mostrando a dupla jornada de trabalho das mulheres assentadas, demonstrada na fala da assentada Camomila, casada mãe de 2 filhos e 39 anos (2015).

Levando 5;30, levanto faço café, mamadeira pro neném, levo ele no ponto de ônibus, e vou para a roça, antes eu trato dos porcos e das galinha, e estendo roupas se tiver na maquina, ai vou para roça. Se eu estiver perto de casa eu trabalho ate 10 horas, eu venho arrumo almoço, ele vem almoça e agente volta de novo para roça de novo, mais se tiver longe eu levo marmita e agente almoça na roça, fica na roça o dia inteiro até 4 horas {...} Ai eu vou começar, às vezes eu tenho roupa para lavar, às vezes não lavei, não estendi roupa, não lavei roupa ai vou colocar para bater. Varrer porta que às vezes ta sujo o terreiro, eu molho uma horta que eu não molho de manha tenho que molhar a tarde, tem um pimenta que tem que molhar de balde, ele plantou agora ta novinha, às vezes eu faço janta e vou molhar com ele. Domingo mesmo eu estava com febre e fui para lá ajudar ele molhar. (CAMOMILA, 2015).

E quando perguntado ao seu marido se ele faz algum trabalho dentro de casa, ele responde. “[...] Não, isso eu falo a verdade a casa é da [Camomila], o quintal se

eu puder limpar eu limpo, se eu não puder é dela também [...]” (SABUGUEIRO, 2015).

De modo geral as entrevistas mostraram que os homens enxergam o trabalho doméstico como uma responsabilidade atribuída somente as mulheres, e ao mesmo tempo não consideram esse trabalho doméstico e nem o trabalho desenvolvido nos quintais também feito pelas mulheres como geradores de renda para família. Se analisarmos que as mulheres ao preparem os alimentos, arrumarem a casa, produzirem hortas, fabricarem os pães, biscoitos, criarem galinhas, ovos, porcos, esse trabalho deixa de ser pago a terceiros, pois é executado por uma força de trabalho não remunerada, que é o trabalho feminino, e a família deixa de comprar esses alimentos em supermercados, pois também são produzidos pelas mulheres.

A uma diferença entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Todo esse trabalho citado à cima e que é realizado pelas mulheres são considerados reprodutivos, pois em tese é para a manutenção da família. O trabalho feito na lavoura nas chamadas cultura permanente é o trabalho produtivo, esse desenvolvidos pelos homens. Para Hirata e Kergoat (2007) os homens se apropriam das funções com maior valor social adicionado.

Quando perguntado aos homens se há divisão do trabalho na família, majoritariamente as respostas são que não, que todo mundo na família faz tudo, que não há divisão de trabalho. Como por exemplo, na fala do Limão casado mora em uma casa com mais 5 pessoas e tem 66 anos. (2015) *Olha nós não tem divisão nós faz tudo junto, quando tem serviço no lote vamos lá fazemos tudo junto. Na roça é tudo eu que administro, tudo [...]*. O entendimento de que é tudo junto é só no trabalho na lavoura que as mulheres fazem o trabalho de igual para igual com os homens, no entanto não consideram o trabalho doméstico, esse não é feito por todo mundo, somente pelas mulheres.

A capacidade de decisão das mulheres é muito menor do que sua participação efetiva na produção, para Lopes e Butto (2008) o discurso afinado dos homens que diz “fazemos tudo junto”, “ambos trabalham”, “ambos discutem” esconde a falta de autonomia das mulheres nas decisões tomada na família e na propriedade. Para as autoras, *essas expressões demonstram que houve uma mudança no comportamento masculino, agora admitindo uma parceria, mas não como uma mudança efetiva de práticas sociais arraigadas.* (Lopes e Butto, idem, p,14)

Observa que quando é perguntado se a alguma discussão prévia para fazer algo na propriedade o entrevistado diz; “a gente discute o que vai plantar sé é café ou pimenta, e a quantidade de pé, e como que vai plantar e toma as decisão”. No entanto, ele já tomou a decisão que o plantio vai ser de café ou pimenta. Mas esse outro entrevistado foi direto em dizer que é ele mesmo que decide tudo:

Olha nunca discutimos assim, eu quero isso eu quero aquilo, não, eu e a mulher aqui em casa, o que eu decidir eles apoia os meninos também. Eu tenho minha DAP o técnico olha minha DAP o valor dela e faz o projeto, o dinheiro que pode sobrar do projeto é agente que faz, pois o recurso que seria para mão de obra [contratar pessoas para fazer] é a família que faz. (Limão, 2015)

As mulheres do assentamento acordam muito cedo, e sua rotina de trabalho é extenuante, a jornada de trabalho chega de 16 a 17 horas diária. Vejamos a rotina de trabalho de uma mulher e de seu marido para compararmos.

Minha filha se eu for falar é uma ficha muito grande. Eu levanto é 5 horas da manha, a primeira coisa que eu faço é fazer café e ir caminhar. Quando eu chego da caminhada Lia, eu vou mexer na minha horta, saiu 9 horas da horta, quando eu chego da horta vou fazer alguma coisa em casa, arrumar casa, fazer almoço, vou catar pimenta, amarrar pimenta, Lia não tem esse horário que você chega em casa que eu não esteja fazendo alguma coisa, eu saio da roça as 4 horas venho para o quintal mexer na horta saiu da horta escurecendo já de noitezinha escurecendo umas 6 horas, e ai que a luta começa, ai já vou mexer com a janta, arrumo cozinha as vezes umas 10 horas da noite estou arrumando cozinha. Depois eu vou bordar minhas coisas, tudo bordada cê ver, nunca bordo de dia, só à noite. Outro dias, Savinho saiu daqui estava turvando e eu estava na horta, no outro dia 5:40 da manha ele chegou eu já estava no horta, ele perguntou uai a senhora dormiu ai? Lia eu tenho minha roça, tenho minha pimenta, tenho meu bordado. No sábado é dia de eu faxinar quintal, capinar quintal, limpar quintal, arrumar a casa, da faxina na casa, tudo no sábado, às vezes até roupa eu lavo no sábado porque na semana não tenho tempo ce acredita, avezes até lavo roupa 10 horas da noite eu lavo roupa, eu não tenho horas pra fazer as coisas não. Ainda tem uma coisa, eu faço bolo, faço biscoito, faço tudo, tudo no sábado. No domingo levanto de manha faço café, trato das criações e vou para a igreja, é difícil um dia de domingo que não vou prá igreja, quando chego da igreja já é hora de fazer almoço, arrumar cozinha, ai sento um pouco para descansar, isso quando não chega gente, porque aqui em casa é assim minha filha cheio de visita (ORQUÍDEA, 66 anos, 2015).

Agora o que diz seu marido!

Eu acordo cedo, nunca gostei de levantar tarde, eu acordo 6 horas. Eu vou mexer com as galinhas que agente cria, depois eu vou partir para trabalhar, eu campino, quando é colheita agente colhe. 11 horas agente vem almoço e 2 horas agente volta pra roça e só volta para casa 4 horas e também descanso e só no outro dia. No sábado e domingo agente quase não faz nada, mais se tiver alguma coisinha para fazer tipo varre um quintal ou capinar um quintal. Agente vai no campo, na igreja (CONFREI, 73 anos, 2015)

Olha o que diz outra assentada sobre sua rotina de trabalho.

Terça e sexta eu saio para trabalhar fora. Faço faxina. Saio 06h30min. Não tenho horário certo para chegar, geralmente quando acaba lá eu venho

embora 3 horas. Lavo vasilha faço janta, molho horta, molho planta, assisto televisão e vou dormir as 8 horas. [...]. Nos outros dias: limpo casa, faço almoço, varro terreiro, molho as plantas, faço comida, faço merenda, e ainda tem dia que vou para a roça né? Painho pimenta, cortando clone, trabalhando no viveiro colocando clone, mais essas coisas... "não sou muito de trabalhar muito na roça não". Olha para a roça nós vamos cedo, quando é para colher pimenta, eu vou, venho em casa 11 horas, ajeito o almoço, almoço, meio dia eu volto, e só lá para 4 que eu volto para casa. Chego em casa vou lavar vasilha, fazer janta, molhar plantas, molhar horta, colocar roupa para lavar [...] (ROSA DO DESERTO, 47 ANOS, 2015)

Quando perguntada sobre o fim de semana a Rosa do Deserto responde: "Ai meu Deus do céu! Eu acordo 6 horas da manha, faço faxina, faço almoço, limpo terreiro, faço merenda, tem dia que tiro só para mexer no meu quintal nas minhas plantas. [...] Há tem dia que eu termino meu serviço 1 hora da tarde, tem sábado que só de tardezinha (risos)". E não para por aí, ela nos conta como é seu domingo, ela relata que no domingo gosta de acordar um pouco mais tarde, quando pergunto que horas ela disse que as 7 ou 8 horas. E que faz almoço e faz janta todos os domingos, e as vasilhas do almoço quem lava é sua filha.

Reparem que na fala da Rosa do Deserto (2015) ela disse: "não sou muito de trabalhar na roça não". Sendo que ela trabalha praticamente todos os dias no cuidado dos animais, da horta, do viveiro, na colheita da pimenta, no corte dos clones de pimenta, e ainda assim ela acha que não trabalha o suficiente, na roça.

Vejamos o relato de seu marido sobre sua rotina de trabalho.

Vixe... eu levanto é cedo, antes das galinhas levantar eu já estou levantando. Estou cedo na beira do fogão, porque eu levanto sempre 5 horas, faço café. Trato das criações, e fico no viveiro ou na roça, e fico até umas 10 horas porque o sol está muito quente e ninguém aquece umas 3 horas que eu volto para a roça se o sol não estiver quente. Almoço e vou descansar um pouco na sombra, 5 horas eu volto da roça, vou cuidar do viveiro, ligar bomba, cuidar das criações, um banho né? Uma jantinha, aí hora de sentar e descansar um pouco. [...] Há no sábado não gosto de fazer quase nada. Acordo sempre cedo, trato das criações dos peixes, sempre faço alguma coisinha, às vezes varro o terreiro todo para dona Maria aí (ele está se referindo a esposa). Vou na rua fazer uma comprinha também (BOLDO, 57 ANOS, 2015).

De modo geral os homens não fazem muita coisa nos finais de semana, no sábado podem fazer algo pela manhã, mais depois não fazem mais nada. E quando fazem algo como, por exemplo, capinar um quintal, pois os quintais no interior são muito grandes, eles dizem que estão dando uma ajuda para a sua mulher. E no mais vão passear como disse o Boldo (2015), que gosta de jogar sinuca e por isso vai para o boteco nos sábados à tarde, e no campo de futebol nos domingos, ou assistir jogos de futebol na televisão.

Ainda voltando aos princípios organizadores da divisão social do trabalho Kergoat (2009) diz que: esses princípios são legitimados pela ideologia naturalista que ignora o gênero feminino dando a mulher somente a importância da sua capacidade de reprodução, reduz as práticas sociais dando as mulheres papéis sociais pré-estabelecidos pela sociedade vigente. Por tanto a divisão sexual do trabalho estabelecem que naturalmente o trabalho doméstico tenha que necessariamente ser feito pelas mãos femininas, esse comportamento é uma construção social, por tanto tudo que se constrói socialmente pode ser desconstruído.

O mundo do trabalho tem sofrido grandes mudanças nos últimos períodos e as mulheres assalariadas são atingidas diretamente nesse processo de precarização do trabalho. É o que nos mostra Nogueira (2013) quando relata que essa precarização atinge toda a classe trabalhadora, mais ela é muito mais cruel com a força de trabalho feminina. O capital se apropria dessa do trabalho feminino pagando a ele um valor muito menor do que se paga ao trabalho masculino, e as mulheres como tem que conciliar o trabalho doméstico com o trabalho assalariado fora de casa acaba se sujeitando a essas formas de flexibilização do tempo de trabalho e com o valor pago a esse tempo de trabalho.

No meio rural a exploração do trabalho feminino dá-se no trabalho de diária em fazendas de canaviais, cafezais, se outras monocultoras onde o trabalho da mulher também sofre com o processo de flexibilização e precarização. As mulheres recebe a diária menor do que os homens, além de ter que trabalhar mais para garantir seu espaço e provar que é tão boa quando os homens. Mas também não podemos negar que as mulheres assentadas também sofrem com a exploração da sua força de trabalho, além de terem seu trabalho invisibilizado dentro da sua própria unidade de produção.

Muitas das mulheres assentadas trabalham em casa, trabalham na roça, vendem roupas, cosméticos, trabalham em casa de família dando faxina, ou ainda trabalham em outras propriedades para receber uma diária, e todo seu dinheiro é para a manutenção da casa, da família, e os homens fazem questão de não reconhecer esse dinheiro como algo que faz diferença na renda da família. E o trabalho na lavoura é sempre considerado como uma ajuda, além de ser considerado trabalho “leve” o trabalho desenvolvido pelas mulheres. Os homens tem uma dificuldade de assumirem em público que suas companheiras campinam, porque para eles a capina é o trabalho mais pesado que tem no meio rural.

Mais afinal de conta o que é trabalho pesado e o que é trabalho leve? Um dos trabalhos mais desenvolvido pelas mulheres, por exemplo, é na colheita do café, que com certeza não é um trabalho leve, ou na colheita do feijão que tem que ficar levantando e abaixando o dia todo no sol escaldante, isso também não é um trabalho leve, enfim o que se percebe é que todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres é considerado leve inclusive o doméstico, e todo trabalho executado pelos homens são considerados trabalho pesado, principalmente os que são executados por maquinários como: roçadeiras, tratores, bombas entre outros.

A Rosa do Deserto (2015) além de todo o trabalho que ela faz em casa, no quintal e na lavoura, ela ainda faz faxina fora, quando perguntado ao seu marido qual o trabalho que ela fazia que contribuísse na renda familiar ele responde: “na colheita da pimenta ajuda muito, e ali no viveiro para cortar os clones [...] quando vou colher pimenta que não precisa ta pagando mão de obra de fora. Ai já ajuda muito. No viveiro também não precisa pagar mão de obra, ela vai cortando o clone”. (BOLDO, 2015)

Observa que em momento nenhum ele menciona o trabalho doméstico e nem o dinheiro da faxina que é todo para casa, ele só considera trabalho produtivo aquele desenvolvido na lavoura, e mesmo assim o trabalho dela é uma ajuda. Quando eu pergunto e a faxina que ela faz contribui na renda da família? Ele responde: “é sempre faz sim, ela sempre compra as coisinhas dela já faz diferença né? A Rosa do deserto responde o que ela faz com o dinheiro da faxina, que na verdade não é para comprar as “coisinhas” dela.”

Eu invisto na casa, nos móveis da casa, o forro {do teto} fui eu que comprei o piso agora foi eu que comprei tudinho para colocar no meu quarto. Ela continua: Então coisas que era para ele gastar com o dinheiro dele, sou eu que trabalho e eu que compro, como: televisão, geladeira, fogão, cama, guarda-roupas, colcha, roupa de cama, tapetes. (ROSA DO DESERTO, 2015)

Nesse caso a entrevistada tem a compreensão que a pimenta e o café que são o carro chefe na unidade família é de responsabilidade do homem e ele que decide o que fazer, mesmo ela fazendo parte de todo o processo de produção. Ela então desenvolve outras atividades fora de casa para conseguir comprar o que os homens entendem como supérfluo.

O que eu faço na roça pra falar na verdade eu estou ajudando ele eu não ocupo dinheiro de pimenta para comprar nada de roupa pra mim, entendeu? eu vendo um mocado de coisas ai de vendedora, eu vendo para comprar roupas para eles, nós não tira dinheiro de café para compra roupa, vasilhas para dentro de casa. Eu esqueci de falar que eu sou vendedora de roupa, cosmético e foliados. Por exemplo, se eu não tenho porco e se eu não

tenho galinha tem que comprar, no caso isso é uma contribuição. Tenho bolsa família. Meu marido com o dinheiro do café e da pimenta ele cumpri com a casa, com comida, energia, energia da roça, adubo, agora com as coisas que eu vendo é para uma roupa para mim e pro meninos, uniforme de escola [...] (CAMOMILA, 39 ANOS, 2015).

Outro exemplo são as mulheres aposentadas que colocam todo seu recurso para garantir a manutenção da família, não aproveitando em nada seu salário de aposentadoria para um passeio, cuidado com a beleza, uma roupa, perfume, tudo é para casa. Como na realidade dos assentamentos do ES, e em específico o assentamento Vale da Vitória, o que garante um montante maior de recurso de uma única vez é a produção de café ou de pimenta que é anual, nesse caso o que de fato garante a manutenção da casa é a produção do quintal, o trabalho informal das mulheres, e a aposentadoria quando o casal ou um dos dois são aposentados. Como é o caso da Orquídea de 66 anos.

Eu contribuo muito fia, que ajudo com despesa eu compro as coisas que falta e eu não procuro dinheiro de marido para comprar, na verdade o supermercado é dele, mais no meio do mês o que precisa eu não procuro ele, e essas coisas aqui dentro de casa tudo foi eu que comprei. Eu falei assim Lia, a pessoa está na eu idade que eu tou, eu nunca tive condições de nada, agora eu vou guardar dinheiro pra que? Eu vou é comer, beber passear e comprar as coisas que eu quero né, tudo que eu quero, eu tenho comprado (ORQUÍDEA, 66 ANOS, 2015).

Sabemos que muito difícil o processo de transformação dessa realidade, pois é uma vida inteira de aprendizado de uma cultura onde as mulheres são consideradas um apêndice de seus maridos. No meio rural principalmente onde as mulheres casam muito novas, não tiveram oportunidade de estudar, os homens carregam a cultura do provedor, o que manda dentro de casa, o que decide tudo, tudo isso introgeta uma carga ideológica de submissão nas mulheres como se elas de não tivessem vontade próprias, opiniões formadas. Mas com todo o trabalho de formação para a emancipação das mulheres no processo de luta dentro do movimento Sem Terra e nos assentamentos, além de todo o debate gênero que tem se espalhado pela sociedade como um todo, e as oportunidades de estudo, têm causado mudança no comportamento dos casais mais novos, mas sem alterar as relações de gênero.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E PRODUTIVA NO ASSENTAMENTO VALE DA VITÓRIA.

No processo histórico da evolução das sociedades e das forças produtivas as mulheres foram ocupando espaço cada vez mais privados. A sociedade patriarcal

surge com o fim da sociedade primitiva e o surgimento da sociedade de classes. Segundo Engels (2010), ao escrever sobre a origem da família, da propriedade privada e do estado, diz que o surgimento da família patriarcal é a união entre o dono e a propriedade privada. A base da sociedade de classes tem como centro a relação fundamental entre o proprietário e sua propriedade, e propriedade quer dizer animais, utensílios, terras, escravos, filhos e esposas.

Essa ideia das mulheres serem parte da propriedade privada dos homens e que a eles devem obediências não é algo que está lá no passado, ao contrário milhares de mulheres continuam a ocupar os espaços privados, sendo a elas negado a sua participação no meio político, social, e principalmente econômico.

Muitas mudanças lógico aconteceram, as mulheres têm ocupado espaços importantes na sociedade contemporânea, não foi por um milagre divino ou pela bondade de um governo que as mulheres conquistaram espaço no mercado de trabalho em profissões que historicamente eram desenvolvidas pelos homens, o sufrágio universal, que por muito tempo foi universal para os homens, assim, as mulheres passam a ter o direito de votar e serem votadas.

No meio rural as mulheres também passam a ter direitos como: a documentação, a titulação da terra, a fazer empréstimos rurais dentre outros. No entanto, essas lutas ainda não foram o suficiente para suprimir essa sociedade patriarcal e capitalista.

Muitas lutas precisam continuar sendo travadas no campo ideológico, social e políticos para as mulheres continuem conquistando seus direitos, pois as mulheres ainda continuam de uma forma ou de outra a sofre algum tipo de opressão, seja de classe, seja de gênero.

No assentamento Vale da Vitoria, podemos observar que ainda persiste a divisão entre o espaço público como espaço masculino, e espaço privado como espaço feminino. E na divisão do trabalho, os homens ainda permanecem predominando o trabalho intelectual e as mulheres o trabalho manual. Isso é expresso no nível de participação das mulheres nas organizações políticas e nas organizações de produção existentes no assentamento e na região como: cooperativas, associações, coordenação do assentamento, núcleos de base, entre outros.

No assentamento Vale da Vitoria tem a COOPTERRA - Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços dos Agricultores

Assentados, ACASAMA – Associação de Camponeses Agroecológicos de São Mateus, o projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável.

Quando perguntado as mulheres se elas participavam de alguma organização as respostas eram sempre de que não, ou somente nas associações e cooperativas como sócias, sem muita informação sobre o que era de fato a organização. Na maioria diziam que participavam somente da igreja e mesmo assim ocupando espaços de cantoria ou de limpeza, nunca de coordenadora. Como está expresso na fala da entrevistada a seguir.

Não, participo da igreja e era sócia da ACASAMA, mais não tenho cargo nenhum. Não participo da cooperativa porque Rogerio não quis bom na época que nós participou deu muito balaio de gato, ai resolveu ficar fora. Participo do projeto do sindicato do Projeto PAIS (MARGARIDA, 63 ANOS, 2015).

A associação que existe no assentamento a ACASAMA é para incentivar os assentados a produzirem de forma agroecológica, trabalhando a diversidade da produção no assentamento para não ficar somente no monocultivo do café e pimenta do reino. Essa associação é coordenada pela APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas. A APTA incentivou as famílias que faziam parte da associação a produzirem hortas orgânicas, e o excedente passou a ser vendido na cidade mais próxima, gerando assim lucro para família o ano inteiro não dependendo somente da cultura anual.

Como o principal incentivo era para a produção de frutas, hortaliças, legumes, animais de pequeno porte, as mulheres eram quem mais produzia para as feiras, já que historicamente foram as mulheres que assumiram essa produção ligada mais ao quintal e a casa. Por tanto mesmo as mulheres não estando associadas na ACASAMA, elas participam do processo de produção, ou mesmo quando as mulheres são associadas elas não participam da instancia de direção, ou quando participa não exerce o cargo de presidente. Observa o que fala o presidente da ACASAMA.

Ela foi criada no intuito de trabalhar com agroecologia, o objetivo dela foi mais esse. Como tínhamos a feira, as barracas lá são Mateus. Ela surgiu para trabalhar com o projeto agroecológico. Ela chegou a ter 33 associados, quase à metade era mulher. [...]. Hoje deve ter ainda umas 5 mulheres ainda associadas [...]. A diretoria da CASAMA é bem reduzida ela é 5 pessoas. No passado era 3 mulheres, 2 homens. Essa preocupação agente teve de ter mais mulheres, só hoje que não tem nenhuma mulher. (MULUNGU, 2015)

E as mulheres seguem dizendo:

Não, não, assim, somente na igreja que agente participa que é a Maranata, quando tem alguma reunião no assentamento meu marido participa, é muito difícil eu ir. Da cooperativa não somos sócios. Na igreja eu ajudo na reunião de senhoras e faço parte, quando alguém está precisando de cesta não tem? Ai eles me chamam e eu ajudo a organizar. Sou do grupo de intercessão, grupo de louvor. (Dália, 2015)

Eu participo da associação, ao melhor duas, que é ACASAMA e COOPTERRA, como sócia. (Rosa, 59 ANOS, 2015).

Não, participo não. Eu participava da equipe de cântico na igreja, mais por conta da garganta eu parei. (camomila, 2015)

Não, na verdade participo e não participo porque agente ajuda na igreja, na limpeza. E sou sócio da cooperativa e da ACASAMA (CEREJEIRA, 53 ANOS, 2015)

A COOPTERRA é uma cooperativa de comercialização e prestação de serviços, segundo o presidente (EMBURANA,2015), a grande dificuldade dos assentados e pequeno produtor sabem produzir mais tem dificuldade na comercialização, por isso criaram a cooperativa que vai beneficiar os produtos agregar valor a produção que chega à cooperativa, e comercializar evitando o atravessador, com o intuito de buscar melhoria para os sócios. Ainda segundo o entrevistado, a grande diferença da COPTERRA para outras cooperativas é que a cooperativa do assentamento quer crescer junto com os sócios.

Para o presidente da COOPTERRA não importa para a cooperativa crescer e os sócios ficarem sem condições para produzir, sem nenhum poder de aquisição, a ideia é que a cooperativa cresça tenha força, mais que os sócios também cresçam, e tenha boas condições de vida, tenha bons preços dos produtos. E que não seja como o exemplo da COABRIEL que hoje é uma grande cooperativa de comercialização e prestação de serviços localizada na região, e tem em seu quadro de sócios, existem pessoas que tem 20 sacas de café e outros que tem 20 mil sacas de café, a cooperativa busca melhorias apenas para os produtores grandes os pequenos ficam sempre a refém da cooperativa.

Mais quando perguntado sobre a participação das mulheres na cooperativa ele responde:

Nós devemos ter dos 51 sócios aproximadamente umas 20 mulheres. Qual o grande problema da cooperativa em relação às mulheres, é que na cooperativa, na cooperativa não, na sociedade que nós vivemos quem é dono do bloco de produtor é o homem, então, a cooperativa só pode beneficiar, não, só pode vender os produtos dos sócios guiados com notas, mesmo que minha esposa fosse sócia, mais bloco do produtor esta em meu nome, é como se ela fosse sócia e não comercializasse nada, porque o bloco do produtor está em meu nome. Então nós estamos brigando com o Estado pra que inclua no bloco de produtor o nome do homem e da mulher, já teve caso que teve essa mudança, estamos brigando para que isso também aconteça. (EMBURANA, 43 ANOS, 2015)

Para ele o fato das mulheres não terem o bloco de produtor é o que dificulta a inserção das mulheres na cooperativa participando diretamente do processo de comercialização. No entanto, o fato das mulheres não terem o bloco de produtor é apenas um dos problemas, o fato é que as mulheres não são incentivadas para serem sócia da cooperativa, pois a um pensamento hegemônico no mundo masculino que só os homens participando já são suficientes, e para participar da diretoria tem menos ainda a participação das mulheres e quando alguma mulher ocupa algum cargo é somente proforma.

Segundo o presidente da COOPTERRA na diretoria da cooperativa são 5 pessoas e dessas uma é mulher que ocupa o cargo de secretária, para ele esse cargo é tão importante quanto o do presidente ou tesoureiro porque é ela que faz toda a papelada da cooperativa. Entretanto, nenhuma mulher até hoje ocupou o cargo de presidente, tesoureiro, nem dessa cooperativa e nem da cooperativa anterior a essa, a COOPRAVA – Cooperativa de Produção Agropecuária Vale da Vitória que teve na sua diretoria mulher apenas como secretária.

O projeto PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, têm conseguindo aglutinar muitas mulheres nas construções de hortas integradas com a criação de galinhas. Nesse caso assim como na ACASAMA as mulheres tem uma participação mais efetiva no processo de produção, pois são hortas próximo de suas casas. O PAIS tem um incentivo maior com o público feminino, pois as mulheres são pioneiras na produção de alimentos e principalmente de alimentos sem venenos.

Por fim, observa-se que as mulheres entrevistadas de modo geral não participam das reuniões, assembleias, núcleos de base, ou qualquer outra atividade política no assentamento. Lógico que se olharmos apenas pelo fato da não participação, é fácil concluir que elas não participam por que não querem, porque não gostam. Porém, sempre foi negado às mulheres sua participação nos espaços públicos. As mulheres se sentem inferiorizadas para estarem em nesses locais e principalmente se tiverem que falar em público. Porque os maridos estão sempre falando por elas, respondendo por elas, é como se as mulheres não pensassem por si só. Quando pergunto ao Açaí (2015) porque sua companheira não participa da associação ele responde: Porque ela quis ficar fora, um só na casa está bom. Já outro entrevistado responde da seguinte maneira:

[...] ela é só sócia, naquela época não interessava colocar as mulheres só os homens era de frente. Tipo assim, [...] estamos querendo fazer outra associação mais nós temos que da baixa na outra. Só que nos vamos fazer diferente, nós vamos trabalhar mais com as mulheres do que os homens na diretoria. Porque supor, si tem 5 pessoas que vai governar então colocar 3 mulher ou 2 mulher para não ficar só homem. (LIMÃO, 2015)

Quando pergunto se ele vai incentivar sua companheira a participar das organizações ele disse: “É eu tou querendo, porque ela num gosta assim, de ta em certas coisas porque ela tem pouca leitura.” É o homem que diz que a mulher não vai querer participar da associação, que ela não gosta de participar de grupo de mulheres.

Quando pergunto aos maridos o que eles achariam se as suas esposas assumissem tarefa em alguma organização que precisassem ausentar da casa, eles respondem.

Ela não vai querer, ela depende de mim para levar lá, ela não vai querer, eu até apoiava, mais ela não vai querer não, se fosse aqui dentro, mas aqui dentro não funciona também não, sabe como que é né? Pra funcionar tem que ter a cabeça igual, Rosimar não entra. Ela gosta de cuidar da roça (AÇAÍ, 2015).

Não, pra mim proibi ela nada, não, não tenho nada contra. Porque pra falar verdade eu sou o chefe da casa mais não sou machista, tudo que eu vou fazer eu falo, com ela eu sou fazer igual o outro eu não sou muito de pedir opinião, se ela for pensar muito, se for pensar eu já fiz. E ela não faz nada se não falar comigo, então no caso eu pergunto ela uai, o melhor para vc, se acha que da certo tudo bem, mais se eu vejo que não da certo eu já falo com ela (SABUGUEIRO, 2015).

Observa-se que os homens estão sempre falando em nome das mulheres, dizendo o que elas gostam ou não gostam de fazer. Nos dois casos acima, os maridos dizem não proibir as mulheres de participar de atividades fora de casa, no entanto, não criam nenhuma para que isso aconteça, estão sempre colocando empecilhos, e o mais comum é usar o transporte como dificultador para as mulheres não saírem de casa, pois a maioria das mulheres não sabem dirigir carro e nem pilotar moto, já que no meio rural quem exerce essa atividade são os homens, o que possibilita a eles maior liberdade de ir e vir.

No último caso o homem diz não proibir a mulher de fazer nada, mas quando ele diz que se ver que alguma coisa pode da errado ele já diz para ela, ele subentende de que ela então não vai fazer o que ela quer, porque ele acha que não vai da certo. Esses comportamentos dos homens lógico intimidam as mulheres de fazerem qualquer coisa que não faz parte do seu cotidiano, pois em muitos casos os maridos dizem que elas não são capazes, que não vão conseguir, tudo isso do

ponto de vista psicológico deixam as mulheres muito fragilizadas, achando que realmente não são capazes.

3.4 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA RENDA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO VALE DA VITORIA.

Como mencionado à cima as mulheres participam diretamente de todo o processo de produção, além de fazerem o trabalho doméstico e a produção nos quintais. Apesar de participarem de todas as etapas da produção do café e da pimenta do reino que vai desde a preparação do solo, do plantio, dos tratos culturais até o período da produção que leva em torno de 2 anos, as mulheres participam do tão momento que a é colheita. Pronto chegou o momento da comercialização, para quem vender?

Por muito tempo toda a produção era vendida para os atravessadores da região que comprava por um valor muito abaixo do que o produto valia. Agora como tem a cooperativa as associações tem como os (as) assentados (as) conseguirem vender sua produção por uma quantia que realmente ela vale.

A COOPTERRA, por exemplo, recebe o café a pimenta, faz o processo secagem, pila, ensaca e armazena, para quando o dono ou a dona quiserem vender. No entanto a cooperativa também procura compradores para a produção garantido um valor melhor para a produção.

Mas nem todas as famílias assentadas no Vale da Vitoria são associadas na cooperativa COOPTERRA, por isso ainda existem muitas famílias que vendem sua produção para os atravessadores da região. É muito raro as mulheres participarem da negociação junto à cooperativa, quem vai lá e negocia e faz todo o processo da venda dos produtos e recebe o dinheiro são os homens. Das 10 mulheres entrevistadas somente 3 disseram que participam esporadicamente da de comercialização do café e da pimenta. Segundo a autora abaixo citada, esse costume do homem coloca-se como chefe da família e responsável de comandar seus filhos e esposa como parte de sua propriedade continua perpetuando na cultura camponesa.

É ele quem organiza a produção e gere seu desenvolvimento no cotidiano, toma as decisões a ela relativas, comercializa e decide o que fazer com eventuais ganhos ou como agir para minorar perdas, assim como para

viabilizar outras possíveis fontes de rendas, inclusive externas á agropecuária. É, via de regra, o homem é quem coordena e distribui a partir de práticas costumeiras, dentre os familiares que vivem no lote, tanto adultos como crianças as diferentes atividades: plantios, tratos agrícolas, colheita, cuidados dos animais, administração e planejamento, a definição da finalidade dos itens. Da produção de seu lote (mercado e ou consumo), os contatos com bancos, cooperativas, técnicos etc. ao fazer esta distribuição, o homem acumula um capital específico de conhecimento e de relações que o habilita a permanecer com as mesmas atribuições e manter sua posição de poder. (LOPES E BUTTO, 2008, P.12)

Quando pergunto se elas participam do processo de comercialização as respostas são curtas como a de D^a Camomila (2015) *Não, é só o Joãozinho*. Ou quando pergunto aos homens quem na família que faz os contatos para a venda dos produtos, se é só o homem ou também a mulher, a resposta do Boldo (2015) é taxativa: *Não, só eu mesmo que vendo, ela só recebe o dinheiro.*(risos). Ou como o Açaí (2015) que diz: *Eu mesmo que vendo*. E ainda o Sabugueiro (2015) diz: *Sou eu, tem que ser eu, porque, por exemplo, ela pode até fazer, mas ela não tem como vender porque existe lá um cadastro e é só o autorizado o que pode ir, ela não tem como porque eu que sou sócio*.

Bom, à pergunta é. O porquê então a mulher também não fez o cadastro de sócia na cooperativa? Fica nítido de que a prioridade para ser associar a uma cooperativa ou a uma associação é sempre direcionada para os homens, já que para cada pessoa que entra precisa pagar uma conta parte, e o valor não.

Quando se trata da venda de produtos produzidos nos quintais como: hortaliças, galinhas, ovos, galinha e frutas, ou produtos feito artesanalmente dentro de casa como: bolos, pães, doces, licores, geleias, as mulheres participam, desde que, para as mulheres não precisem sair de casa para vender. No caso da venda de onde as pessoas vem comprar na própria moradia são as mulheres que negociam, vendem e recebem o dinheiro.

No caso das vendas desses produtos em feiras nas cidades vizinhas, são os homens que vão. Como mencionado anteriormente, por conta dos dois projetos existentes no assentamento o da ACASAMA e o do projeto PAIS, tornou-se comum às famílias fazerem feira, e essa prática requer muito trabalho, primeiro porque as hortas tem que ser grandes, pois é comercial, segundo, o processo de colheita tem que ser uma vez por semana e leva muito tempo, e terceiro por que precisa sair de madrugada de casa para está muito cedo no local da feira.

Essas são feitas exclusivamente pelas mulheres, a responsabilidade é toda delas, os homens podem fazer uma coisa outra mais são elas que assumem o

trabalho. o trabalho na horta é em tese considerado um trabalho leve pelos homens , no entanto, é necessário que as mulheres estejam todos os dias muito cedo na horta para molhar, fazer canteiros, limpar canteiros, capinar, matar insetos entre outros trabalhos. Elas têm que dividir o tempo entre o trabalho na horta e o trabalho doméstico.

A feira é no sábado, na sexta as mulheres têm que começar a colher as verduras, limpar e amarrar os molhos de couve, cebola, coentro, salsa etc. esse trabalho leva muito tempo, e tem que começar a partir das 4 horas da tarde, com o sol frio, para as folhas não murcharem, com isso as mulheres fica até muito tarde da noite executando esse trabalho. Em alguns casos os homens também fazem esse trabalho, mas entendem que estão ajudando as mulheres. Veja o relato de uma assentada que trabalha com horta.

Tudo é eu, tudo na sexta, na sexta o trabalho é dobrado, começa 3 horas da tarde e vai ate 7 horas marrando trem, esse é o mais pesado tem que limpar galinha, porque vende galinha limpa também. Vai umas 20, toda sexta feira, ovos também, tudo na feira (MARGARIDA, 2015)

Quando o momento de irem para a feira só vai, os maridos e os filhos homens, em apenas um caso uma filha participava da feira. Quando perguntada o porquê ela não participava da venda de seus produtos na feira D^a Margarida responde:

Eu não vou porque fico em casa tomando conta, já vai ele [o marido], já vai [...] [o filho], são 3 barracas e divide entre os homens. E D^a Margarida responde assim: a horta tinha a associação, [ela quis dizer que o caminhão da associação levava os produtos dela] eu só arrumava os produtos nas caixas e eles levavam os produtos e vendiam os homens que iam para feira e vendia.

Com isso as mulheres perdem a oportunidade de se relacionar com outras pessoas, de aprenderem coisas novas, de fazer contatos, de irem para cidade, coisa que raramente a maioria delas fazem. E esse modo de vida acaba se reproduzindo de geração pra geração, por mais que avançou a participação das mulheres nos espaços de educação formal. Ainda hoje, as mulheres têm pouca escolaridade na roça, as meninas ainda estão largando os estudos para casarem, algumas saem do interior e vão para cidade, mas muitas ficam na roça e em boa parte reproduzindo a vida que suas mães tiveram, não com as mesmas formas, mas com os mesmos conteúdos de opressão e exploração.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A divisão do trabalho entre homens e mulheres transcende vários períodos históricos. Mais é na sociedade capitalista que essa divisão do trabalho vai tomar sua forma mais excludente, violenta e com uma forte opressão contra as mulheres. Aprendemos com Marx (1985) que o trabalho é o vínculo direto entre os seres humanos e a natureza. É através do trabalho que homens e mulheres transformam a natureza ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo.

No período primitivo não existia a exploração do homem sobre o homem, e a terra era um bem comum a todos e pertencia quem dela necessitasse para viver. A divisão do trabalho não era feita a parti do sexo de cada um, e sim a partir das demandas da comunidade e a importância que cada um tinha. As mulheres, por exemplo, exerciam um grande valor por que eram elas que geravam os futuros guerreiros das tribos, e por isso eram poupadas das tarefas consideradas perigosas.

Com o surgimento da sociedade de classes, ainda no período do escravismo, em que os homens passam a escravizar seus semelhantes à divisão social e sexual do trabalho passa a predominar a sociedade.

A construção do ser homem e do ser mulher é feita a partir de uma construção social sendo diferenciada em cada período histórico da sociedade. Os homens e mulheres são rotulados e passam exercer papéis a eles delegados e que servem de uma maneira ou de outra ao modelo econômico vigente.

A uma diferença entre o que é natural e o que é cultural, é natural as mulheres terem útero e junto a isso a capacidade de gerarem filhos. No entanto, é cultural dizer que o fato de ser mulher, ela tenha que necessariamente ter filhos, ser uma boa dona de casa, obedecer ao marido e ser responsável pelo trabalho doméstico. Ou que pelo fato de ser mulher seu trabalho tenha que valer menos no mercado de trabalho.

As diferenças naturais, biológicas entre homens e mulheres não podem tornar desigualdade entre os sexos feminino e masculino. Infelizmente é essa realidade de opressão e violência que viveram e ainda em pleno século XXI vivem as mulheres no mundo inteiro, mesmo em países que fizeram a luta pelo socialismo e que nele conseguiram viver uma experiência de um mundo melhor para a classe trabalhadora, as mulheres não tiveram os mesmos direitos conquistados pelo conjunto da classe.

No entanto, as mulheres travaram lutas importantes no decorrer dos séculos e direitos grandiosos foram sendo conquistados, como o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho, ao uso de métodos contraceptivos entre outros. As mulheres trabalhadoras rurais também tiveram um papel importante nas lutas por direitos nas últimas décadas. O ressurgimento dos movimentos sociais do campo a partir das décadas de 70 e 80 serviu como instrumento que potencializou a organização das mulheres trabalhadoras rurais.

O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por organizar famílias para a luta pela terra, tornou um espaço para as mulheres lutarem não só pelo direito a terra, mas por todos os direitos historicamente negados a elas. O setor de gênero do MST tem cumprido um papel importante para a efetivação da participação das mulheres nos diversos espaços e instância do MST. O Movimento Sem Terra no processo da luta pela terra tem debatido sobre a atuação das mulheres como protagonistas no processo de construção dessa história e o fortalecimento do protagonismo das mulheres no processo da luta de classes.

Mas, existem muitos limites a serem ultrapassados no que se refere à igualdade entre homens e mulheres na sociedade e em específico nos espaços dos movimentos sociais. O pensamento machista e conservador prevalecem nas instâncias e, conseqüentemente, nos assentamentos que são a base do MST.

Pesquisando sobre a participação das mulheres no processo de produção dos assentamentos podemos constatar que as mulheres assentadas cuidam da reprodução da família. No cuidado no interior da moradia e na confecção dos alimentos, e o cuidado com a moradia e com as crianças. Participa das atividades agrícolas de pequeno porte como: hortas, pomar, e pequenas criações como (galinhas, porcos, peixes, etc.). As mulheres também participam do trabalho na lavoura considerado pelos homens como o trabalho pesado, como a capina, coveamento e roçado. Porém, há um entendimento de que as atividades desenvolvidas pelas mulheres no meio rural são secundárias, uma espécie de mão de obra de reserva para o trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social construída historicamente, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de opressão de gênero.

Com o avanço da monocultura, dos pacotes agrícolas que determinam o que cada família no meio rural tem que produzir, as famílias assentadas passaram a produzir apenas alguns tipos de produtos que são usados para exportação e que, no caso do Espírito Santo, estes produtos são, principalmente, café e pimenta. As mulheres passaram a desenvolver outras atividades fora da unidade familiar de produção para complementar ou até mesmo garantir a renda da família. Tendo as mulheres trabalhadoras rurais Sem Terra um acúmulo de sua jornada de trabalho. As mulheres passaram a trabalhar na roça, na casa e quintais e ainda fora de casa.

Estas assentadas passam a encontrar muitas dificuldades de inserção nas organizações de produção existentes nos assentamentos, desafiando-se a construir espaços onde elas possam desenvolver um sistema de produção a partir de uma gestão própria como, por exemplo, a Associação de Mulheres em Assentamentos do Espírito Santo que trabalham com panificação, outras que fazem açúcar mascavo e rapadura. Enfim, são iniciativas que podem ser desenvolvidas em vários assentamentos do Estado. Essas iniciativas precisam ser incentivadas pelo setor de produção do movimento, pela assistência técnicas e pelas políticas públicas dos governos que não têm atendido às mulheres trabalhadoras rurais Sem Terra.

A pesquisa empírica mostra pouca participação das mulheres no assentamento Vale da Vitória em relação às decisões políticas, nas decisões em relação ao lote, no que produzir, nos projetos feitos para obtenção de crédito agrícola, na relação com as instituições financeiras. Enfim, as mulheres tem pouca autonomia no núcleo familiar. E essa falta de autonomia é velada por uma falsa ideia de tomada de decisões coletivas entre homens e mulheres dentro de casa.

Além disso, as mulheres estão em movimento, nada disso acontece de forma consentida. Cabem ressaltar que as mulheres têm vontades próprias, opiniões e sonhos a serem realizados. Em alguns casos as mulheres não conseguem se posicionar “frente a frente” com seus maridos, mas elas conversam entre si, trocam experiências, sugestões, tentam criar espaço para debates, fazem grupos produtivos, tentam de alguma forma se libertar das amarras que as prendem dentro de casa .

O MST através da luta do Oito de Março Dia Internacional da mulher, vem conseguindo aglutinar as mulheres do campo em atividades para debater sua situação de opressão, e essas mulheres começam a perceber que essa não é uma realidade só dela. Lutas importantes foram feitas no decorrer desses 15 (quinze)

anos de consolidação do setor de gênero. No ES foram feitas lutas contra o monocultivo de eucalipto, que tira das mulheres o direito à terra e aos bens naturais, lutas pela reforma agrária, lutas por crédito específico para as mulheres – pois o PRONAF Mulher que está em vigor não atende a realidade das mulheres assentadas –, lutas por políticas públicas que de fato atenda as mulheres no meio rural.

A realidade vivida pelas mulheres trabalhadoras rurais Sem Terra, não é diferente da realidade das mulheres urbanas, as formas de exploração e subordinação podem mudar em alguns aspectos, mas na essência são as mesmas formas de opressão. Por isso, que a luta não pode ser só das trabalhadoras do campo, a luta tem que ser unificada entre mulheres trabalhadoras urbanas e rurais em prol de uma sociedade mais justas e por direitos iguais, mas principalmente contra a sociedade capitalista.

Nesse sentido as mulheres da Via Campesina Brasil tem conseguido articular nos últimos anos com diversos outros movimentos mistos ou de mulheres, urbanas e rurais, na luta contra a opressão e violência sofrida por elas dentro de casa e na sociedade como um todo, contra a exploração em que vive as mulheres no conjunto da classe trabalhadora. Com isso, a luta não fica em torno somente dos direitos das mulheres, mas, contra o modelo de sociedade capitalista e seu modo de produção que fortalece o patriarcado, que explora os trabalhadores, destrói a natureza, alimenta a violência contra as mulheres, provoca miséria e morte para milhares e milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo.

Muitas mulheres aguerridas perderam suas vidas na luta pelos direitos dos trabalhadores no Brasil como: Margarida Alves da Paraíba, Dorcelina Folador no Mato Grosso do Sul, irmã Doroty no norte do país, Roseli Nunes no Rio Grande do Sul, dentre tantas outras mulheres que deixou um legado de luta a ser seguido.

Tenho clareza de que esse trabalho não vai

Não temos pretensão aqui de achar que esse trabalho vai mudar a realidade em que vivem as mulheres camponesas nos assentamentos do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra, ou do meio rural como um todo. No entanto, pretendemos divulgar os resultados desse estudo nos assentamentos e para o Movimento Sem Terra como um dos instrumentos a serem utilizados nos estudo e formação junto as famílias assentadas, que as mulheres possam debater sobre essas análises e conclusões sobre sua realidade.

Podendo assim continuar o estudo sobre as mulheres do meio rural que além da invisibilidade do trabalho, essas mulheres trabalhadoras do campo ficam expostas a falta de políticas públicas como: atendimento à saúde, educação para as mulheres e para seus filhos, lazer, crédito, transporte, pois no meio rural tudo é longe e de difícil acesso, o fortalecimento da lei Maria da Penha que não tem se efetivado no meio rural, porque as mulheres camponesas estão longe dos órgãos públicos que efetivam essa lei e muitos são os casos de violência contra as mulheres no meio rural, por isso esse tema precisa de atenção no intuito de contribuir com o fortalecimento da luta das mulheres.

Contudo, penso que o Serviço Social tem o papel de contribuir com todo esse processo de pesquisa mais aprofundada sobre a questão de gênero e questão agrária, e nós como profissionais do serviço social temos que continuar estudando essas temáticas. Para além do estudo temos que trabalhar no processo de intervenção nesse processo.

AS

REFERÊNCIAS.

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria (org). **Averso do Trabalho**. Ed 1°. São Paulo: Expressão Popular, 2004

COGGIOLA, Osvaldo, **O que é a História da Sociedade Humana**. Ed 4°. São Paulo: Global editora Ltda., 1986, p 63.

DALMAZO, Marli Eliza; ANDRÉ, Afonso de. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005, vol.13, n.68.

FARIA, N.; NOBRE, M. A Produção do Viver. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF.), 2003. 104p. (Cadernos Sempreviva)

GEBARA, Ivone, **Cultura e Relações de Gênero**. São Paulo: publicado pela CEPIS (centro de educação popular) 2001.

GIL, Antônio Carlos, **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4. Ed; São Paulo: editora atlas s.a, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

_____. De et al (org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 2. Ed. São Paulo: editora UNESP, 2009. 342 p.

KONDER, Leandro. **Historia Das Ideias Socialistas No Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KOLONTAI, Alexandra. **A Nava Mulher e a Moral Sexual**. Ed 1°. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde (org). **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: alternativa, 2013.

Nogueira, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado, A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. In: HOBBSAWN, Eric. **Introdução**. Vol. 3, Ed 5°. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964, p135_____, ENGELS, Friedrich.

O Manifesto do Partido Comunista. Vol. III: Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra S/A, 67.

MARX, Karl. **O capital: Crítica Da Economia Política, o processo de produção do Capital**. Vol. 1, Ed 10°: São Paulo:DIFEL, 1985, 579 p.

_____. **Contribuição á Crítica da Economia Política.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285 p

MELO, Hildete Pereira. **Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz?** Revista Econômica Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan/abr. 2009.

MINAYO, Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes. **Teoria Método e Criatividade.** Ed 27º: Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, Renata Couto. **Trabalhadoras construindo novas relações de gênero e de produção no campo.** Vitoria: CNPQ, 2012.

MURARO, Rose Marie. **Um Mundo Novo em Gestaçõ.** São Paulo: VERUS Editora, 2003, p92.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: **Construindo o Caminho.** São Paulo: SECRETARIA NACIONALS, 2001.

_____. **Agenda.** São Pulo: SECRETATARIA NACIONAL, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo, **Economia Política: uma introdução crítica.** 6º ed. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica do Serviço Social, v1. 2010.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. **Abaixo a Família Monogâmica:** 1ª Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução á Filosofia de Marx.** 1º ed. São Pulo: Expressão Popular, 2008.

Lima, Jacob Carlos. **DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EPRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DO VESTUÁRIO NO BRASIL** 2.ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill do Brasil, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução.** 2ª Ed. Editora: Expressão Popular: São Paulo, 1999.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo: **O Progresso das Mulheres no Brasil.** Brasília: 2009.

SCOTT, Joan W. O gênero como categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

STEDILE, João; FERNANDES. Bernardes. **BRAVA GENTE** .1º Ed. Perseu Abramo, 1999.

SÉRGIO, Lessa; TONET, Ivo. **Introdução a Filosofia de Marx:** 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 128 p.

SETOR NACIONAL DE GÊNERO. **Construindo Novas Relações de Gênero, desafiando relações de poder.** São Paulo: SECRETARIA NACIONAL, 2005.

SETOR NACIONAL DE PRODUÇÃO: **Programa de Formação para a Cooperação e Organização dos Assentamentos.** São Paulo: SECRETARIA NACIONAL, 2008.

_____. **Sistema Cooperativista dos Assentados.**
São Paulo: SECRETARIA NACIONAL. 1998.

SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs). **Sociabilidade burguesa e serviço social.** 1°. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** São Paulo: 1995.

PIZETTA, Adelar João; SOUZA, Ademilson Pereira. Entre a luta, esperança e utopia: a caminhada do MST no ES no período de 1984 a 2005. In: SOUZA, Ademilson Pereira; PIZETTA, Adelar João; GOMES, Helder; CASALI, Derli. **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade.** p. 73-146. Espírito Santo: Grafita, 2005.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide.** Revistas Marxismo Vivo.

VICENTE, Lourdes; CAMPOS, Cristiane. **O setor de Gênero do MST.** São Paulo: Coletivo Nacional de Gênero do MST, 2005.

WELLEN, Henrique. **Para a Crítica da Economia Solidária.** 1°. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ANEXOS.

Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Prezado (a) estou realizando uma pesquisa sobre “As mulheres no processo de organização e produção”, e tem como campo de pesquisa o Assentamento Vale da Vitoria. Por isso necessito de sua atenção para responder essa entrevista.

Desde já agradeço a colaboração e garanto sigilo dos dados.

Entrevista semiestruturadas para as mulheres assentadas no assentamento Vale da Vitoria

Nome

Código de identificação.

Idade

Escolaridade

Composição familiar

- 1) Há quanto tempo mora no assentamento? Fale de sua vinda para o assentamento.
- 2) Você participa de alguma organização? Fale sobre? Fusão.
- 3) Você participa da cooperativa ou associação? Em caso afirmativo, como se deu sua inserção?
- 4) Você trabalha fora? Fazendo o quê? Fale sua rotina de trabalho durante a semana e no final de semana.
- 5) Como você concilia o trabalho doméstico com o trabalho fora?
- 6) O que produz no quintal? Quem cuida? Em que hora do dia?
- 7) Como é feita a comercialização dos produtos? Qual a sua participação nesse processo?
- 8) O que vocês produzem no lote?
- 9) Quem decidiu o que produzir? Fale sobre esse processo.
- 10) Tem algum outro produto que você gostaria de produzir? Quais as razões de não investir nisso até então?
- 11) Qual a sua contribuição para a renda familiar? Como é definida a administração da renda familiar?
- 12) A família tem outras fontes de renda? Fale sobre.

Entrevistas semiestruturada para o presidente da Cooperativa e associação.

Assentamento:

Nome:

Nome da cooperativa ou associação:

Tipo e natureza da cooperativa:

Código de identificação:

Idade

Escolaridade

Composição familiar

- 1) Fale sobre o processo histórico da cooperativa (como surgiram, dificuldades, projetos).
- 2) Qual o número de sócios? Quantos são mulheres? Quantos são homens?
- 3) Na diretoria quantos são no total? Quantas mulheres? E quais cargos ocupam?
- 4) Como é o processo de escolha da diretoria? Quem vota?
- 5) Como é a inserção e o trabalho desenvolvido pelas mulheres na cooperativa?
- 6) Existe alguma formação/capacitação desenvolvida pela cooperativa visando à inserção das mulheres na organização e na produção no assentamento?
- 7) A questão de gênero ocupa algum ponto da pauta da cooperativa? De que forma?
- 8) Tipo e natureza da cooperativa.

Entrevista semiestruturada para os homens assentados no assentamento Vale da Vitoria.

Nome.

Código de identificação.

Idade.

Escolaridade.

Composição familiar.

- 1) Há quanto tempo mora no assentamento? Fale de sua vinda para o assentamento.
- 2) Você participa de alguma organização? Fale sobre?
- 3) Você participa da cooperativa ou associação?
- 4) Como é feito a divisão do trabalho na unidade familiar? Durante a semana e o fim de semana?
- 5) Como é participação das mulheres de sua família na Associação e na cooperativa? Qual a sua opinião sobre isso?
- 6) Qual é o trabalho desenvolvido pelas mulheres no processo de produção na unidade familiar?
- 7) Como é feita a comercialização dos produtos? Qual a sua participação nesse processo?
- 8) O que vocês produzem no lote?
- 9) Quem decidiu o que produzir? Fale sobre esse processo.
- 10) Tem algum outro produto que você gostaria de produzir? Quais?

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da Pesquisa:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), da pesquisa: As Mulheres no Processo de Organização e Produção Em Assentamento do MST: Vale Da Vitoria sob a responsabilidade das pesquisadoras Eliandra Rosa Fernandes do curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS-UFRJ). Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar a fazer parte do estudo, por favor, assine ao final desse documento. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis nos telefones (27) 9 9928-6690

Informações importantes sobre a pesquisa

Essa pesquisa será realizada com entrevista gravada e maquina fotográfica para o registro de imagens. Os dados obtidos com os sujeitos entrevistados serão guardados sob a responsabilidade dos coordenadores durante cinco anos, após esse período, esse material será doado para universidade, caso contrário, ele será incinerado. Os entrevistados serão nominados por pseudônimos a fim de se garantir o caráter anônimo e sigiloso de suas opiniões, garantindo, assim, todos os cuidados éticos necessários para esse fim.

Pesquisador.

Membro da pesquisa

RG-----